

mut.

REVISTA DO MUTUALISMO | N.º 12 - III SÉRIE



mutualidades
portuguesas

Com os Portugueses desde 1297.

EDIÇÃO 2020
ISSN 2183-1114

“FOI EXEMPLAR A FORMA
COMO O SETOR SOCIAL
RESPONDEU À PANDEMIA”

**ANA
MENDES
GODINHO
EM ENTREVISTA**

ÍNDICE

03 EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

04 EM ENTREVISTA

Ana Mendes Godinho
(Ministra do Trabalho,
Solidariedade e Segurança Social)

12 MUTUALISMO

- Retrato das Mutualidades XXI

16 ATIVIDADES UMP

- Resposta à pandemia
- Contrato Coletivo de Trabalho
- Internacionalização
- Eventos
- Distinções Honoríficas

34 DOSSIÊ INOVAÇÃO SOCIAL

- Projetos Inovadores
- Apoios
- **Em Entrevista**
Filipe Almeida
(Presidente da Estrutura
de Missão Portugal Inovação Social)

43 MUTUALIDADES

- Investimento
- Iniciativas e Serviços
- **Em Entrevista**
- Legado Caixeiro Alentejano
- Mudip
- Auto-Sueco

60 OPINIÃO

- Alfredo Sigliano
- Emídio Sousa
- Salvador Malheiro

66 RESPOSTAS MUTUALISTAS

MUTUALISTA COVILHANENSE

16 Resposta à pandemia

As associações mutualistas reorganizaram-se para combater e minimizar os efeitos económicos e sociais do surto epidemiológico Covid-19. Adaptaram e criaram respostas, estiveram na primeira linha da ajuda a quem precisa.

12 Retrato das mutualidades

Quanto valem as mutualidades na nossa economia? Sabia que um em cada dez portugueses é membro de uma associação mutualista? O perfil do Movimento Mutualista no século XXI.

20 Um Contrato Coletivo de Trabalho à medida do setor

A UMP, a Federação Nacional da Educação e outros sindicatos da UGT celebraram um acordo histórico: o primeiro instrumento de regulamentação coletiva das relações de trabalho nas mutualidades.

34 Inovação e empreendedorismo nas associações mutualistas

Num dossiê de nove páginas, damos a conhecer exemplos de inovação e empreendedorismo social de iniciativa mutualista, falamos dos instrumentos públicos de apoio e entrevistamos Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social.

mut.

União das Mutualidades Portuguesas
Avenida 29 de Março, 754 Loja 14,
Apartado 58
3885-518 Esmoriz
Telefone: 256 112 880
NIPC - 501 097 350
www.mutualismo.pt
uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | **Redação** Gabinete de Comunicação da UMP
Fotografia UMP | **Fotocomposição e Impressão** Multitema
Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas
Tiragem 250 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114
Distribuição gratuita

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.

Cofinanciado por:



As mutualidades durante e após a pandemia

Luís Alberto Silva,

Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, diz na entrevista que publicamos nesta edição que tem sido exemplar a resposta do setor social e solidário aos desafios de uma pandemia que nos obrigou a um novo padrão nas relações em sociedade e a valorizar mais a vida.

As mutualidades, IPSS, misericórdias e cooperativas têm estado na primeira linha do cuidado, da proteção e do apoio aos portugueses mais vulneráveis, revelando uma coesão exemplar, falando a uma só voz e atuando de forma articulada, no sentido de minimizarem as dificuldades que a nossa sociedade atravessa.

Esta resposta tem sido ainda mais profícua, porque, desde cedo, nesta pandemia, a tutela percebeu a verdadeira importância da presença capilar das instituições sociais no terreno, ao lado dos problemas e de quem precisa. Percebeu, nomeadamente, que é necessário dotá-las dos instrumentos e dos recursos essenciais para robustecer a sua capacidade de intervenção no terreno.

A Comissão Permanente do Setor Social e Solidário, coordenada pela Ministra Ana Mendes Godinho, tem

sido um espaço de diálogo frontal, de análise da evolução dos problemas, de definição de estratégias e medidas, de monitorização da sua implementação e de correção. É no terreno que essas decisões têm repercussão e, aí, as instituições sociais – permitam-me uma referência especial às mutualidades – contam com dirigentes, técnicos e colaboradores de grande envergadura, de uma entrega e dedicação sem paralelo, sacrificando, quantas vezes, as suas próprias famílias e o seu bem-estar. Ao fim de um ano de grande exigência, física e emocional, mesmo exaustos, continuam na primeira linha do combate, de sorriso no rosto, prestando auxílio, confortando e encorajando os idosos, as famílias e os mais desafortunados.

Os sinais de uma crise económica e social a reboque da crise sanitária

são já evidentes. Os tempos que aí vêm serão muito difíceis. Não podemos vacilar!

Estes momentos de dor podem ser também oportunidades de regeneração. Anuncia-se um novo quadro comunitário de apoio e um Plano de Recuperação e Resiliência, que aposta em três dimensões: a resiliência - que prevê apoios a novos equipamentos e novas respostas sociais, ao combate à pobreza, à inclusão das pessoas com deficiência, à qualificação de recursos humanos -, a transição digital das organizações e a transição climática.

É uma oportunidade soberana de, alicerçado na sua resiliência de sete séculos de história, o Movimento Mutualista se afirmar, rejuvenescer, modernizar e robustecer. É um desafio que temos que agarrar!





ANA MENDES GODINHO EM ENTREVISTA

Ministra do Trabalho,
Solidariedade e Segurança Social

“A forma como o setor social respondeu à pandemia foi exemplar”

Ana Mendes Godinho transitou do governo anterior onde se notabilizou como Secretária de Estado do Turismo, para assumir a tutela do exigente Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Ainda tirava as medidas ao gabinete quando eclodiu a pandemia Covid-19 que a colocou no epicentro da estratégia de resposta à crise social e sanitária. O diálogo social nas suas várias dimensões – com os partidos na Assembleia da República, com os parceiros sociais e com o setor social – é, na sua perspetiva, uma das armas no combate à pandemia.

Em entrevista à MUT, concedida no início de julho, antes da chamada terceira vaga pandémica, a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social destaca o “papel-chave” que o setor social desempenhou e desempenha na “resposta de primeira linha a quem tem mais necessidade de proteção” durante a pandemia e na fase de estabilização e recuperação económica e social do país.

Ana Mendes Godinho agradece ao Movimento Mutualista o seu trabalho de proximidade e diz-se disponível para monitorizar e avaliar o impacto do novo Código das Associações Mutualistas no terreno.

O impacto do surto epidemiológico nas organizações do setor social

tem sido tremendo, com várias respostas e atividades suspensas ou reajustadas. Os encargos de funcionamento decorrentes dos planos de contenção dispararam. Ainda assim, as Mutualidades e o Setor Social e Solidário desempenharam um papel publicamente reconhecido como muito importante. A cooperação entre o Governo e o Setor Social tem sido um dos fatores importantes do combate à pandemia?

Uma das nossas armas no combate à pandemia tem sido a grande capacidade de haver um diálogo social forte nas suas várias dimensões. Refiro-me ao diálogo que tem havido ao nível de partidos na Assembleia da República, ao nível dos parceiros sociais e do fortíssimo diálogo com os parceiros do setor social. Passámos a ter reuniões semanais para fazer pontos da situação, de avaliação e de antecipação de cenários. Estes encontros semanais têm sido determinantes para desenharmos as medidas que têm sido implementadas nestes meses. Claramente, vivemos tempos que ninguém imaginava viver, mas tem havido uma grande capacidade de fazer esta articulação, este trabalho conjunto para respon-

der aos problemas que têm surgido. Nas questões do financiamento, temos tido a preocupação de, rapidamente, criar instrumentos para ajudar as instituições nesta fase difícil. Falo nomeadamente na manutenção das comparticipações previstas nos acordos de cooperação, independentemente da frequência, para garantir a estabilidade e a liquidez das instituições. Por outro lado, uma grande preocupação na articulação permanente para a implementação das medidas de prevenção nas várias respostas sociais e, a cada momento, identificar áreas críticas e as medidas que possam funcionar melhor. Os acordos que fizemos com as associações do setor social para a implementação de medidas de prevenção nas creches são um exemplo evidente de como funcionou.

Neste momento extraordinário, só conseguimos responder, se todos tivermos a capacidade capilar de chegar ao terreno e isso só é possível com quem lá está. Foi exemplar a forma como o setor social respondeu a esta necessidade de estar presente no terreno e este diálogo permanente do Estado para tentar encontrar as respostas necessárias.

“Acredito no papel da economia social como instrumento do desenvolvimento”

Que papel espera o Estado que as mutualidades e as outras organizações do setor social e solidário desempenhem na fase da reanimação económica e social do país?

Eu acredito muito no papel da economia social como instrumento do desenvolvimento dos territórios, não só do ponto de vista da capacidade de resposta às pessoas, como da capacidade de encontrar em conjunto instrumentos de mobilização das pessoas e das coletividades, mas, também, na criação de emprego. O peso da economia social no emprego é de cerca de 6 por cento, mas pode ser ainda maior. Há várias dimensões em que a economia social pode ser um motor de dinamização, por um lado na criação de emprego, em que é um fator chave, e por outro lado, no enorme desafio da qualificação das pessoas que trabalham na área social, e, também, como resposta de primeira linha a quem tem,

neste momento, mais necessidade de proteção, as populações mais vulneráveis.

A economia social tem um papel chave e isso tem sido evidente durante a pandemia, com a quantidade de instituições que asseguraram o apoio domiciliário aos idosos que deixaram de ir aos centros de dia ou que garantiram as compras diárias aos idosos mais isolados que não podiam sair de casa para não se exporem ao risco.

São alguns dos exemplos daquela que foi a capacidade de resposta na fase de emergência e que, nas fases de estabilização e de recuperação, pode assumir cada vez mais importância. Em alguns programas de estabilização e recuperação económica, identificámos o setor social como um setor-chave de aposta, nomeadamente o programa “+CO3SO Emprego”, com apoios à contratação, formação e reconversão de pessoas para áreas estratégicas de desenvolvimento em Portugal: digital, economia verde e área do setor social.

Isso demonstra a importância que damos ao setor social, como gerador de emprego que, claramente, responde às necessidades que Portugal tem, nas mais variadas dimensões de desenvolvimento do território e, particularmente, nas áreas do interior.

O peso da economia social no emprego é de cerca de 6 por cento, mas pode ser ainda maior.

“Sistemas de proteção pública devem ser inclusivos”

Prevê-se que um dos reflexos da pandemia seja o aumento significativo do desemprego que, a registrar-se, produzirá um impacto significativo na Segurança Social. Estarão as contas da Segurança Social preparadas, a longo prazo, para esse embate? De que forma poderão as mutualidades complementar a ação do governo na gestão dos chamados regimes complementares de Segurança Social?

Em primeiro lugar, neste momento, o Estado Social está a ser a resposta e isso é fruto, também, da capacidade que houve do próprio sistema de segurança social se ter afirmado, cada vez mais, do ponto de vista da sustentabilidade nos últimos anos, em resultado da criação de emprego.

Este foi o ponto de partida que nos permitiu reagir rapidamente, através dos instrumentos que criámos de apoio financeiro direto às pessoas e às instituições do setor social para que elas, capilarmente, chegassem mais eficazmente às pessoas. Por outro lado, confrontamo-nos todos

com a necessidade de construir soluções para garantir, cada vez mais, a sustentabilidade do sistema, ao longo do tempo e em termos futuros, sendo certo que se torna necessário desenvolver três áreas fundamentais de trabalho. Desde logo, alargar a base de contribuição, conseguindo que mais pessoas façam parte do sistema e quantas mais pessoas fizerem parte do sistema mais capacidade teremos de aumentar a base de pirâmide, para que seja um sistema sustentável. Para isso, o grande desafio é que as pessoas se revejam cada vez mais nos sistemas de proteção que temos, sistemas que respondam às suas necessidades, independentemente de ser ou não a reforma. Essa é uma das viragens que temos que ter, fazendo sentir aos jovens que os sistemas que temos correspondem a várias necessidades e não apenas à velhice. Por outro lado, a diversificação de fontes de financia-

mento, que é essencial, e os sistemas complementares para garantirmos respostas que reflitam também as necessidades específicas de grupos da população.

É nesse sentido que tem de ser o nosso caminho, sendo certo que o objetivo é, também, cada vez mais, que os sistemas de proteção pública garantam que as pessoas façam parte e sejam inclusivos. Isso significa que devem retratar o mais possível a realidade que temos no terreno, conseguindo que novas formas de relação laboral, até de prestação de serviços e novas formas de agrupamento entre as pessoas tenham reflexo nas próprias regras, para que as pessoas consigam fazer parte do sistema e não estejam de fora.

É um desafio que todos temos, quer o sistema de segurança social, quer os sistemas complementares.



“Assumirei sempre a afirmação estratégica da importância da economia social”

Tem vindo a realçar a necessidade de simplificar processos administrativos na área social, na criação de plataformas partilhadas. Em termos concretos, de que áreas e medidas se está a referir?

Eu acredito muito que a simplificação é um instrumento de inclusão. Quanto mais forem simples os sistemas, mais as pessoas conseguem fazer parte e eliminamos barreiras. As teias burocráticas afastam as pessoas do acesso aos seus direitos e a simplificação é, para mim, um direito fundamental que promove o acesso aos direitos de uma forma universal. Quando falo da simplificação, falo por exemplo de uma medida de simplificação que tomámos que foi o Número de Segurança Social na Hora. Foi uma medida que parecia impossível – havia processos para atribuição de número de segurança social que demoravam meses e anos – e, basicamente, aquilo que foi feito foi só criar um mecanismo que permitisse aos técnicos que estão no atendimento, serem eles próprios a atribuírem o número de segurança social.

Outro exemplo que posso dar é o que estamos a tentar fazer, no grupo de trabalho que constituímos com o setor social, para eliminar tudo o que é ruído burocrático na relação entre as instituições e a segurança social, porque se nos focarmos muitas vezes em procedimentos e exigências que nos desviam do objetivo, não nos estamos a focar no que é essencial, que é a resposta rápida. O nosso objetivo é conseguir chegar às pessoas o mais eficazmente possível e quando ficamos reféns de papéis, não nos focamos no resultado rápido daquela que pode ser uma resposta imediata, dada através das instituições à população.

Quando falo da simplificação é isso que quero dizer. É, também, a simplificação do licenciamento dos equipamentos sociais.

A Economia Social representa 3% do VAB da economia portuguesa, mas ao contrário de Espanha e das empresas, nunca em qualquer dos quadros comunitários anteriores, estas entidades foram contempladas com um programa à medida

das suas especificidades. O Portugal 2030 está em preparação. Será desta que as mutualidades e as outras entidades da Economia Social poderão aceder a um programa de financiamento e medidas sistematizadas a elas especificamente destinadas?

O Portugal 2030 está em fase de construção. O que posso assegurar – e temos feito isso ao longo destes meses – é garantir a afirmação da importância da economia social em Portugal, nas várias dimensões, quer em termos de desenvolvimento do território, quer em termos de criação de emprego. Fizemo-lo no programa “+CO3SO Emprego”, financiado pelos fundos comunitários com 180 milhões de euros, através da criação pela primeira vez desta linha de financiamento dedicada à especificidade do setor social. O mesmo fizemos com a medida “Adaptar + Social, que é uma linha para apoio à implementação de medidas de prevenção nos equipamentos sociais e compra de equipamentos de proteção individual. Uma linha dedicada ao setor social, mais uma vez reconhecendo a sua especificidade e afirmando a sua importância.

Tem sido sempre essa a minha preocupação. Foi logo numa das nossas reuniões essenciais em que me desafiaram a que, em todos os documentos estratégicos sobre o desenvolvimento e a afirmação de Portugal, constasse a referência à economia social e acho que tenho cumprido. Assumirei, sempre, a afirmação estratégica da importância da economia social.



“Estou disponível para avaliar Impacto da aplicação do CAM”

O novo Código das Associações Mutualistas entrou em vigor em setembro de 2018 e tinha como objetivo ultrapassar os principais obstáculos ao desenvolvimento do Movimento Mutualista português. É público que o setor das mutualidades colocou, na altura, muitas reticências a este novo regime jurídico. A sua aplicação está a revelar-se um sério constrangimento ao desenvolvimento do setor, seja por causa da limitação de mandatos nas Associações de grau superior, dos requisitos de idoneidade, entre outros, disposições que não fazem parte do enquadramento jurídico de qualquer outra família do setor social.

A Sra. Ministra está disponível para abrir caminho a uma revisão do Código que elimine estes constrangimentos?

Estou disponível para avaliar o impacto que tem tido a sua aplicação. Como em tudo, precisamos de algum tempo para amadurecimento e maturação das medidas que foram implementadas, sempre com esta disponibilidade para perceber, quer o impacto, quer as dificuldades de implementação no terreno.

As Mutualidades reclamam pelo acesso, sem restrições, ao exercício das chamadas atividades instrumentais, que contribuam exclusivamente para o financiamento, empregabilidade e a prossecução dos seus fins fundamentais e estatutários. Nesse aspeto, Sra. Ministra, há recetividade do Estado para abrir portas à eliminação dessas restrições e desses entraves à sustentabilidade das associações mutualistas?

A simplificação é, para mim, um direito fundamental que promove o acesso aos direitos de uma forma universal.

Reafirmo o que disse antes, a minha disponibilidade permanente para avaliar os constrangimentos que existam, naturalmente em função da partilha que vai sendo feita pelas próprias associações. É nesse sentido que trabalhamos em conjunto com os representantes do setor.



A UMP tem vindo a trabalhar no seu projeto de internacionalização, orientado em dois planos, para uma participação relevante no quadro da União Mundial das Mutualidades, onde detém a vice-presidência, e na promoção e desenvolvimento do mutualismo na Europa, e num segundo plano, dirigido aos PALOP, neste momento com maior profundidade em São Tomé e Príncipe. De que forma, o Estado, que também apoia a internacionalização das empresas privadas, pode protocolar e apoiar a UMP nestes processos?

Temos sempre essa responsabilidade de sermos os porta-estandartes de quem representamos e aí podemos ter um espaço de abertura de fronteiras para o desenvolvimento de projetos internacionais e também aqui, têm a minha disponibilidade total. Aliás, durante a presidência portuguesa da União Europeia, temos planeado organizar um evento dedicado à economia social, precisamente com a preocupação da afirmação internacional a partilha do que é a experiência portuguesa e do peso que a economia social tem tido

na nossa história. Aliás, é também com esse objetivo que contamos que a revisão do protocolo e dos acordos de cooperação seja assinada durante a presidência portuguesa da União Europeia para mostrar como a nossa experiência tem tido esta grande capacidade de mostrar a afirmação da economia social e do movimento mutualista no quadro da economia portuguesa e também como instrumento de cooperação internacional que devemos, cada vez mais, aproveitar para exportar, nomeadamente para os países de Língua Portuguesa.



“O exemplo dos homens bons de Beja” que tem 723 anos

Ana Mendes Godinho recebeu o Prémio Mutualismo e Solidariedade, em 2019, em Vila Nova de Gaia, durante as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo. “Senti a importância da presença das mutualidades no dia-a-dia das pessoas, em respostas muito concretas, nomeadamente aos idosos, no acompanhamento nas creches e nas várias fases da vida”.

Essa presença no território é, para a governante o “garante de um futuro desta construção de respostas solidárias às necessidades das cole-

tividades”. Sublinhando um agradecimento ao trabalho do Movimento Mutualista, “muitas vezes invisível, mas que é tão importante” pelas suas respostas de proximidade e pela sua presença permanente no terreno”, Ana Mendes Godinho expressa o seu reconhecimento pelo percurso de 723 anos, iniciado em Beja. “O exemplo dos homens-bons de Beja mostra uma forma de organização que garante uma maior produtividade, mas sobretudo uma maior capacidade de resposta às necessidades coletivas”, remata.

Contamos que a revisão dos acordos de cooperação seja assinada durante a presidência portuguesa da União Europeia para mostrar como a nossa experiência tem tido esta grande capacidade de mostrar a afirmação da economia social e do movimento mutualista no quadro da economia portuguesa

Quanto valem as mutualidades na economia?

A mais recente Conta Satélite da Economia Social, que trata dados referentes a 2016, revela que o valor acrescentado bruto das associações mutualistas cresce 10,2% face a 2013, representando no seu total 388 milhões de euros, o equivalente a 8,1% da economia social e 0,2% da economia nacional.

Medir impactos na economia social é uma missão complexa e difícil. Estamos a falar de um setor feito de pessoas e de causas, não sendo possível, em muitas circunstâncias, avaliar objetivamente o impacto real das suas organizações na sociedade e na economia. A CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), que a UMP integra, tem vindo, a desbravar caminho no sentido de aferir em estreita cooperação com o Instituto Nacional de Estatística, a traduzir em grandes números o peso deste setor na nossa economia e na nossa sociedade e a sua verdadeira face, lançando mão de projetos que reúnem informação estatística relevante, como a Conta Satélite da Economia Social e o Inquérito ao Setor da Economia Social.

A terceira e mais recente edição da Conta Satélite da Economia Social,

cujos dados se referem a 2016, revela que o chamado terceiro setor cresceu nos últimos anos da crise financeira que assolou Portugal e o mundo.

Em comparação com a edição que tratou os dados de 2013, constata-se que a economia social revelou um dinamismo superior ao comportamento da economia social, criou mais emprego, mais remunerações e aumentou o seu valor acrescentado bruto (VAB).

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2016, o VAB da economia social representava 3 por cento da economia nacional o que equivale a um aumento de 14,6 por cento, face a 2013, um crescimento superior ao registado no conjunto da economia (8,3%) no mesmo período.

Os dados permitem constatar o peso crescente da economia social no contexto da economia nacional, representando 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1 por cento do emprego remunerado em Portugal. Comparativamente com aos dados de 2013 da edição anterior da Conta Satélite, as remunerações e o emprego total da economia social aumen-

taram, respetivamente 8,8% e 8,5%, revelando um dinamismo mais forte do que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente). As associações com fins altruísticos constituem a maior fatia do setor da economia social,

As associações com fins altruísticos formam a maior fatia (92,9%) do terceiro sector, integrando naquela altura 66.761 unidades, num universo de 71.885, em que metade opera em áreas como a cultura, comunicação e atividades de recreio, religião e serviços sociais.

O número de cooperativas registou um crescimento de 10,7 por cento (eram 2.343), cujas áreas de intervenção principais são o comércio, cultura, comunicação e recreio, assim como o número de fundações cresceu 7,11 por cento (619), tendo como atividades mais relevantes os serviços sociais, cultura, comunicação e recreio, e saúde.

Enquanto o número de misericórdias estabilizou (com maior peso na área da saúde), o universo das mutualidades, segundo o INE, perdeu quatro unidades no período entre 2013 e 2016, situando-se nas 97.

71% das Mutualidades prestam serviços sociais

		Unidades de Atividade Econômica (UAE)	VAB	Remunerações	Emprego Remunerado (ETC)
Instituto Nacional de Estatística, Conta Satélite da Economia Social 2016	EC. Social				
	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio 46,9	Saúde 24,6	Serviços sociais 26,3	Saúde 32,1
	Total da ES	71 885	4 819	4 322	234 886
	Cooperativas				
	Atividade principal	Comércio 17,3	Atividades financeiras 42,4	Atividades financeiras 32,4	Educação 22,5
	Total das Cooperativas	2 343	604	572	24 402
	Percentagem das Cooperativas na ES	3,3	12,5	13,2	10,4
	As. Mutualistas				
	Atividade principal	Serviços Sociais 71,1	Atividades financeiras 90,2	Atividades financeiras 90,4	Atividades financeiras 74,6
	Total das Associações Mutualistas	97	388	312	4,842
	Percentagem das As. Mutualistas na ES	0,1	8,0	7,2	2,1
	Misericórdias				
	Atividade principal	Saúde 79,3	Saúde 86,1	Saúde 85,8	Saúde 87,1
	Total das Misericórdias	387	597	555	39 445
	Percentagem das Misericórdias na ES	0,5	12,4	12,8	16,8
	Fundações				
	Atividade principal	Serviços sociais 29,6	Educação 27,8	Educação 28,1	Saúde 32,4
	Total das Fundações	619	332	304	14 113
	Percentagem das Fundações na ES	0,9	6,9	7,0	6,0
	ACFA				
	Atividade principal	Cultura, comunicação e atividades de recreio 49,8	Serviços sociais 34,5	Serviços sociais 34,4	Serviços sociais 38,0
	Total das As. com Fins Altruísticos	66 761	2 897	2 674	151 779
	Percentagem dos ACFA na ES	92,9	60,01	61,9	64,6

As Associações Mutualistas dedicam-se em 71,1 por cento dos casos à prestação de serviços sociais, embora o maior contributo para o Valor Acrescentado Bruto das mutualidades, na ordem dos 349,9 milhões de euros, seja dado pelas atividades financeiras e de seguros, que representam 90,2 % daquele valor. É também no valor das remunerações e do emprego remunerado no universo mutualista que as atividades financeiras e de seguros representam a maior fatia.

Merece especial saliência o comportamento do VAB das mutualidades, que apresenta uma tendência cres-

cente desde a primeira Conta Satélite da Economia Social em 2010, tendo aumentado 6,8% em 2013 e 10,2% em 2016 face a 2013, representando no seu total 388 milhões de euros, o equivalente a 8,1% da economia social e 0,2% da economia nacional.

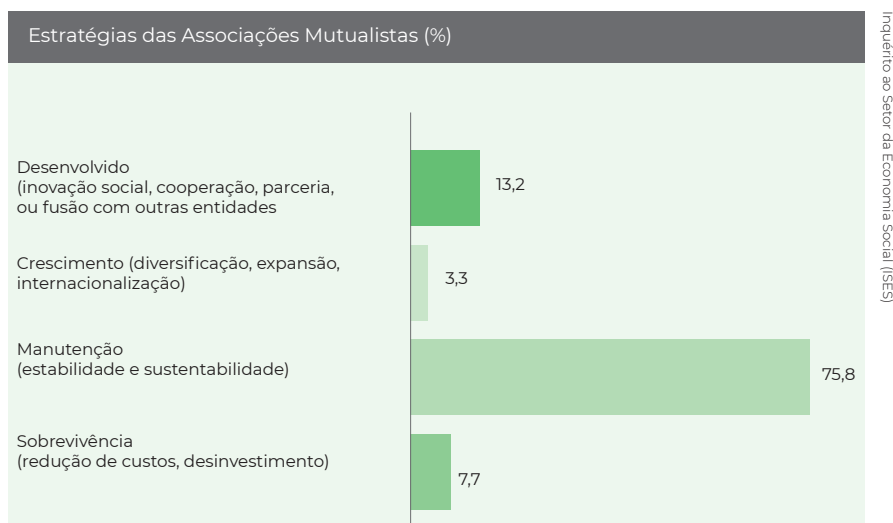
No VAB por emprego remunerado, as Associações Mutualistas são a única família da economia social com um valor superior (189,6) à média da economia nacional (100). No que respeita ao indicador da remuneração média, as Associações Mutualistas apresentam um valor muito superior (205,5) à média da economia social (100), sendo as cooperativas (110) e as

fundações (101,1) os dois outros grupos de entidades do terceiro setor que apresentam um valor superior à média da economia portuguesa.

Importa, ainda, realçar que 95,9 por cento das Associações Mutualistas têm estatuto de IPSS, dedicando-se maioritariamente (74,2%) à prestação de serviços sociais. As atividades financeiras e de seguros têm também um peso com algum significado (17,2%) na atuação das mutualidades -IPSS, logo seguidas pela saúde, que representa 6,5 por cento.

Comparando a evolução da importância relativa deste universo concreto das IPSS na Economia Social, dos dados de 2013 com os mais recentes de 2016, verificamos que o Valor Acrescentado Bruto destas entidades cresceu de 43% para 44,2%, e que no indicador das remunerações cresceu de 44,1% para 51,5 por cento, assim como no do emprego remunerado (de 60,4 para 63,1%).

Um em cada dez portugueses é membro de uma associação mutualista



Menos de uma centena de associações mutualistas reúne 1.084 363 associados inscritos, revela a primeira edição do Inquérito ao Setor da Economia Social (ISES), recentemente apresentado e que resulta de um trabalho de cooperação desenvolvido pelo INE e pela CASES. Os dados agora divulgados referem-se ao ano de 2018 e, dito de outra forma, tendo em conta o universo da nossa população, um em cada 10 portugueses é membro de uma mutualidade. E, se muitas das modalidades por elas prosseguidas beneficiam cônjuge e filho(s) do associado podemos estimar que o Movimento Mutualista abrange mais de 2,5 milhões de pessoas. No contexto das entidades da economia social, apenas as associações com fins altruísticos, que são mais de 61 mil,

têm mais associados inscritos, aproximadamente 18,3 milhões.

Enquanto mais de um terço das entidades da economia social identificam o nível nacional como a sua área geográfica de atuação, mas de 41% das mutualidades dizem intervir essencialmente na localidade e município.

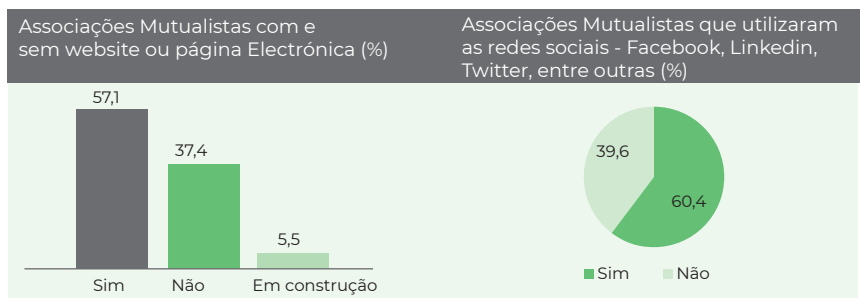
As quotizações são o seu principal meio de financiamento (representa 50% dos seus recursos) e, no ano de referência do ISES, 96,3% dos associados mutualistas tinham as suas quotas pagas. É, de entre as cinco “famílias” da economia social aquela que apresenta melhor performance nesse indicador, seguida pelas misericórdias, com 61 por cento de quotas recebidas.

Os seus principais beneficiários ou utentes encontram-se em 74% dos casos no “público em geral”, 18,7% na população idosa, 12,1% nas crianças até aos 14 anos.

O trabalho em rede e em parceria é um indicador importante no setor social e, nesse capítulo, quase 70% das mutualidades desenvolvem a sua atividade em rede ou em parceria, em metade dos casos com outras congéneres e em 23% com o setor público e 22% com associações com fins altruísticos.

Na análise às agregações de idade das entidades, constata-se que 86,8 das associações mutualistas têm 20 ou mais anos, estrato ainda mais predominante nas misericórdias (93,6%).

As direções, os dirigentes de topo e pessoas ao serviço



Já 40% consideram que a afirmação que melhor descreve o seu estilo de liderança na entidade é “apresentar o problema, recolher sugestões e tomar as decisões”.

O ISES caracteriza a direção de topo das instituições (membros do respetivo órgão executivo). O perfil é de homem (79,3%), com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos (47,8%), habilitações ao nível da licenciatura ou superior (39,1%) e entre cinco e nove anos de exercício de funções. Ao nível do escalão etário, assinala-se que apenas 1,1% dos membros têm menos de 34 anos e 2,2% encontram-se no escalão entre os 35 e os 44 anos.

92,2% foram eleitos pelos órgãos sociais (7,8% foram nomeados pela entidade) e, em 81,1 % das associações mutualistas indicam que aplicam limites temporais ou de número de mandatos.

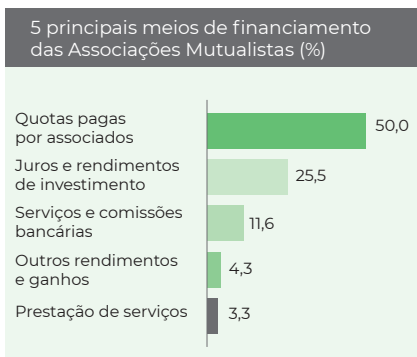
A característica que melhor descreve o dirigente de topo é “assumir as responsabilidades”, em 74,4% dos casos.

O ISES avalia, também, o grau de autonomia do dirigente de topo relativamente à compreensão e utilização de tecnologias de informação, e neste particular, 52,2% consideram-se como “muito” ou “totalmente” autónomos.

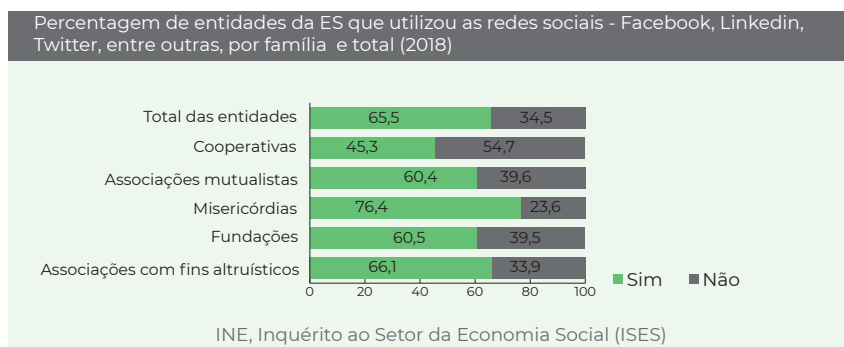
As mutualidades têm 5.327 pessoas ao seu serviço, 83,8% com contrato de trabalho sem termo (superior às demais entidades do universo da economia social) e 87,2% com horário fixo.

Analisando o dirigente de topo, aquele que ocupa a posição hierarquicamente mais elevada sem subordinação a nenhuma outra, o perfil mais dominante é ser homem (93,3%), ter mais de 64 anos (41,1%), possuir licenciatura ou habilitação superior (61%) e com cinco a nove anos de antiguidade nas funções. No seio das entidades da economia social, os dirigentes de topo têm, na sua maioria, licenciatura ou grau académico superior, oscilando entre os 49,2% nas cooperativas e os 78,1% nas fundações.

O ISES evidencia ainda que 81,1% dos dirigentes de topo exercem as suas funções em regime de voluntariado,



As associações mutualistas apresentam remunerações médias mensais brutas (2.733 euros) entre 2 a 3 vezes superiores às do setor da economia social e têm a menor proporção (14,8%) de pessoas ao serviço a auferirem o salário mínimo.



Como as mutualidades responderam à pandemia

Do Minho e Trás-os-Montes ao Algarve, as associações mutualistas estiveram na primeira linha do combate à pandemia.

A pandemia que nos afeta desde março de 2020 colocou um imenso desafio ao setor social. A exemplo de crises anteriores, as instituições sociais têm sido uma almofada dos portugueses em tempos difíceis. A capacidade de adaptação e a resiliência das mutualidades voltaram a fazer toda a diferença, no apoio aos mais vulneráveis, aos idosos, às famílias, aos sem-abrigo, na saúde e em tantas outras circunstâncias. As associações mutualistas estiveram lá. Sempre presentes. Sempre ao lado dos portugueses.

Assim que o surto epidemiológico da Covid-19 chegou a Portugal, as mutualidades reorganizaram-se para dar resposta às necessidades das pessoas. Com os mais idosos e as pessoas com patologias de risco a serem aconselhadas a permanecerem em casa, uma parte significativa das associações mutualistas, de norte a sul do país, colocaram em marcha programas e serviços de compra e entrega de medicamentos, alimentos e outros bens de primeira necessidade. Os seus voluntários transformaram-se em “táxis das pessoas”, como apelidou na altura Ângela Pe-



reira, Presidente do Conselho de Administração da Amut-Gondomar.

As associações mutualistas com respostas sociais alteraram profundamente as suas rotinas diárias. Nos lares, as equipas passaram a trabalhar em espelho, adotaram-se novos e exigentes processos de higienização, uso obrigatório de equipamentos de proteção individual, e muito cuidado e carinho para confortar os idosos que se viram privados da visita dos familiares às instituições.

Os centros de dia e de convívio, que estiveram sujeitos a períodos de sus-

pensão de atividades presenciais, passaram a acompanhar os seus utentes nos seus domicílios, a exemplo do que já faziam no serviço de apoio domiciliário, desenvolvendo atividades, levando refeições quentinhas, assegurando o contato regular.

Em Espinho, a Associação de Socorros Mútuos São Francisco de Assis, de Anta, criou sebatas com propostas para exercitar o corpo e a mente, que o animador social distribuía, casa a casa, de forma a combater o isolamento dos idosos, transportando consigo palavras de esperança e incentivo.

As cantinas sociais têm sido a mão amiga de cada vez mais pessoas.

A Universidade Sénior da Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos do Porto suspendeu as suas atividades presenciais, mas não perdeu o contato com os seus “estudantes”, assegurando aulas à distância em várias disciplinas.

É nas crises que as oportunidades surgem. Com a suspensão de algumas das suas atividades e necessidade contínua de equipamentos de proteção individual, que em certos momentos era bens escassos no mercado, a ANSE (Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança) de Sandim lançou o projeto Costurar com Causa. Uma das suas colaboradoras, que em tempos estava à frente de uma empresa têxtil colocou à disposição da associação máquinas de costura e outra maquinaria e o seu know-how, os tecidos foram chegando, e as colaboradoras e voluntárias afetas às atividades suspensas aprenderam a costurar. Em poucos dias, duas salas do centro de dia da ANSE estavam transformadas numa unidade produtiva de máscaras, batas, pezinhos, toucas e fardas, para fornecer as associações e instituições da região. A fama chegou longe. Num ápice, começaram a chegar encomendas de todo o país e o projeto ganhou asas e vai perdurar, para além da pandemia.



ASMAB - BRAGANÇA

A Mutualista Covilhanense implementou medidas de controlo sanitário rigorosas, procedeu à testagem regular dos colaboradores e utentes, contratou novos trabalhadores e arrendou um espaço fora das suas instalações para acolher os utentes do centro de dia (na retoma das atividades presenciais) e evitar contágios entre os utentes da Estrutura Residencial.

Para além de todo o trabalho em torno das respostas sociais que dinamiza, a associação colocou em marcha um programa de emergência social no concelho da Covilhã, nas áreas do apoio psicossocial, emprego e saúde ao domicílio e à distância. À medida que a crise sanitária agravou a crise económica e social, a Mutualista

Covilhanense passou a apoiar o dobro dos beneficiários, relativamente ao ano anterior, na distribuição de bens alimentares, ao abrigo do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. A cantina social da ASMAB, em Bragança, criada em 2012, voltou a registar um pico de procura, preparando mais de três centenas de refeições por dia, incluindo as que são servidas aos utentes do refeitório social.

Em Évora, o Legado do Caixeiro Alentejano, para além da adaptação e do reforço das respostas sociais dirigidas aos idosos e às crianças, serve mais de 200 refeições diárias, incluindo as protocoladas no âmbito da cantina social e as situações de emergência alimentar.

Clínicas mutualistas: uma resposta às dificuldades no acesso ao SNS



MUTUALISTA COVILHANENSE

Presencialmente ou à distância, as clínicas das associações mutualistas nunca deixaram de assegurar cuidados de saúde aos portugueses, mesmo quando o SNS falhou.

No período de confinamento geral em 2020, as clínicas mutualistas tiveram necessidade de reduzir substancialmente o atendimento presencial aos doentes e de acompanhar os doentes à distância.

Com o evoluir da pandemia, introduziram novos procedimentos na sua organização para segurança dos seus profissionais e dos seus utentes, e passaram a estar sujeitas a uma maior procura de cuidados médicos e de enfermagem, em resultado das

grandes dificuldades que os portugueses enfrentam no acesso aos cuidados de saúde primários no Serviço Nacional de Saúde.

“Temos sido um suporte para muita gente, para os nossos associados e para a nossa comunidade. Exce tuando a fisioterapia, por causa dos procedimentos de segurança, na restante área clínica, dadas as dificuldades das pessoas em acederem aos centros de saúde, temos sentido um acréscimo significativo de procura”, atesta Alexandre Lopes, Presidente da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta.

A ANSE Sandim, que possui clínicas em Sandim e Seixezelo no concelho

de Vila Nova de Gaia, e em Canedo, Santa Maria da Feira, afina pelo mesmo diapasão. “Nunca deixamos de assegurar consultas, os nossos médicos e os nossos colaboradores estiveram sempre presentes, nunca lançaram a toalha ao chão, e têm dado uma boa resposta às necessidades das pessoas nestes tempos difíceis”, assinala Mário Marques, Presidente da Associação.

Nos territórios de baixa densidade, a resposta das mutualidades foi ainda mais incisiva. A Mutualista Covilhã-nense que, para além do seu centro clínico, dinamiza uma unidade de saúde móvel que presta assistência nas aldeias recônditas do concelho, nunca deixou de acompanhar os pacientes, recorrendo a vídeo-consultas ou a consultas por telefone.

De forma a reduzir a necessidade de deslocações e tempos de espera, as farmácias mutualistas implementaram sistemas de entrega de medicamentos ao domicílio ou de agendamento de levantamento, com encomenda por telefone ou email.

25 anos depois, ensaia-se revisão do Pacto de Cooperação para o setor social



O Compromisso de Cooperação 2019-2020 iniciou percurso de aproximação do valor das comparticipações ao custo efetivo do funcionamento das respostas sociais e introduziu novos elementos.

Começou por se intitular Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e foi celebrado pela primeira vez em 1996, com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento da estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social (...) a Administração Central e as Administrações Regional e Local”, com vista ao desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado.

Um quarto de século depois, perspetiva-se a sua revisão em 2021, tendo sido criado, para o efeito, um grupo de trabalho liderado pelo provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Edmundo Martinho, com a participação das organizações do setor social e solidário. Está em causa a necessidade de renovar esta parceria, refletindo sobre a eventual necessidade de novas respostas e equipamentos sociais, o combate à pobreza,

a valorização dos recursos humanos do setor e a sustentabilidade das instituições sociais.

Em cada negociação, as mutualidades, IPSS, misericórdias e cooperativas têm falado a uma só voz na necessidade de uma atualização das comparticipações tendo em conta o custo efetivo que as respostas sociais protocoladas acarretam para estas instituições.

No Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2019-2020, celebrado em 2019, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa, deu-se um passo, ainda que tímido nesse sentido, ao fixar uma atualização daquelas comparticipações em 3,5 por cento.

Em abril de 2020, a comparticipação foi atualizada novamente em 3,5 por cento, mediante portaria assinada pela Secretária de Estado da Ação Social. Com o recrudescimento da pandemia no outono e inverno, e com o objetivo de libertar camas nos hospitais para acolher doentes, o Governo sentiu necessidade de celebrar com as entidades do setor

social uma Adenda ao Compromisso de Cooperação, tendente a criar mais 400 camas em seis meses, para receber pessoas com alta hospitalar, mas que não têm retaguarda familiar e onde ficar.

A cerimónia de assinatura da Adenda foi presidida pelo Primeiro-Ministro, António Costa, que elogiou a cooperação existente com as entidades do Setor Social, reputando da maior importância o complemento ao acordo, porquanto o país necessita de encontrar soluções dignas de alojamento para as pessoas hospitalizadas que têm alta clínica mas que, “por falta de um local digno de residência ou pela incapacidade de receber cuidados pós-hospitalares necessários acabam por permanecer durante muito tempo nos estabelecimentos hospitalares”.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, que subscreveu o documento, lembra que “uma vez mais, o sector social demonstra inequivocamente o seu sentido de responsabilidade e a perceção muito clara que tem do seu papel na sociedade portuguesa”.



Escreveu-se história no Movimento Mutualista

UMP, FNE e outros sindicatos da UGT celebraram o primeiro contrato coletivo de trabalho das mutualidades.

O dia 6 de março de 2020 vai ficar para a história do Movimento Mutualista português. A União das Mutualidades Portuguesas (UMP), a Federação Nacional de Educação (FNE) e outros sindicatos da União Geral de Trabalhadores (UGT) celebraram o primeiro contrato coletivo de trabalho (CCT) do setor das mutualidades, que representa alguns milhares de trabalhadores.

A UMP vinha, desde 2012, a mover esforços junto de diferentes organizações sindicais no sentido de criar um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho nas mutualidades, até que, no último trimestre de 2018 impulsionou um processo negocial com a UGT que culminou com “um acordo histórico”. As relações de trabalho nas Associações Mutualis-

tas eram reguladas até aí por uma Portaria de Extensão do Contrato Coletivo de Trabalho da CNIS, que não enquadrava várias especificidades do setor mutualista.

O CCT das mutualidades foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego de 15 de abril de 2020 e entrou em vigor a 1 de maio do mesmo ano. A respetiva Portaria de Extensão foi publicada em Diário da República a 18 de junho e entrou em vigor a 23 de junho.

“Este é o nosso CCT, feito à nossa medida e à medida dos nossos trabalhadores. O caminho, ora iniciado, não será fácil de percorrer. Há ainda muitas situações e dossiês a resolver, mas isso, não será um obstáculo, antes sim, um desafio que procuraremos vencer, em cada passo, em cada revisão, neste percurso novo, e que, sem dúvida nos deixa orgulhosos”, destacou o Presidente do Conselho

de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, na cerimónia de assinatura do documento, que decorreu no Hotel Infante Sagres, no Porto.

O Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, alinhou pelo mesmo diapasão. “O caminho faz-se caminhando, eliminando os obstáculos, um a um”, apontou, lembrando que à UGT “nunca assustou encontrar dificuldades para concretizar contratos coletivos”, lamentando que “outros arranjam escolhos para não celebrarem nada”.

O Secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, sublinhou que, em todo o processo, “prevaleceu o valor do diálogo social e do respeito entre as partes envolvida” e por isso, “ganhou a contratação coletiva, ganharam as condições de trabalho dos trabalhadores”, ideia corroborada também por José Ricardo Coelho, coordenador do processo negocial.

Principais aspetos consagrados no CCT

- Implementação obrigatória de um sistema de avaliação do desempenho
- Regime de adaptabilidade
- Banco de horas
- Trabalhadores contratados após publicação do CCT no Boletim do Trabalho e Emprego passam a praticar 40 horas de trabalho semanalmente, independentemente da categoria profissional para que sejam contratados.
- Os que, à data da entrada em vigor do CCT, praticavam horário inferior poderão estabelecer contratualmente a passagem para o regime das 40 horas semanais, desde que compensados no acréscimo remuneratório que vier a ser apurado, relativamente ao seu caso concreto.
- Os trabalhadores com funções pedagógicas têm um horário de 40 horas semanais, sendo que 30 são destinadas a trabalho direto com as crianças e 10 destinadas a outras atividades, nomeadamente as necessárias à execução do projeto educativo, avaliação individual das crianças e atendimento das famílias.
- Salvaguarda a empregabilidade de candidatos que não possam exercer, devido a limitações funcionais a atividade a que se candidatam nas instituições.
- Possibilidade de reconversão em sede de categoria profissional, desde que verificados determinados pressupostos que, por incapacidade superveniente para o trabalho, não mais poderão continuar a exercer a função para a qual foram contratados inicialmente.
- Apoio à proteção da maternidade e da paternidade.
- Está consagrado o recurso ao teletrabalho, trabalho intermitente e regime de horário flexível e jornada contínua.



Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP



Carlos Silva, Secretário Geral da UGT



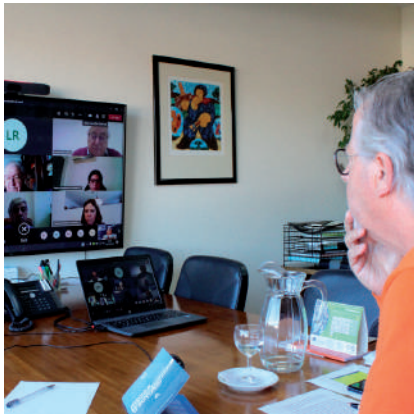
João Dias da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional da Educação (FNE)



José Ricardo, Presidente do SPZC | Vice Secretário Geral da FNE | Secretário Executivo da UGT



CPSS monitoriza resposta à Covid-19



A resposta à crise pandémica tem constituído o maior desafio da União das Mutualidades Portuguesas e do setor social e solidário no último ano. No quadro da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSS), onde têm assento também a CNIS,

União das Misericórdias Portuguesas e Confecoop, tem sido feito o acompanhamento regular da evolução do surto epidemiológico, com reuniões semanais com a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e respetivas Secretárias de Estado, nas quais se preparam e coordenam medidas de apoio ao setor social e de mitigação dos efeitos económicos e sociais da pandemia, e a sua implementação no terreno. “Tem sido um espaço de partilha de informação, de estudo e avaliação de medidas que tem estado na base da articulação entre o Estado e o setor social e solidário, nesta resposta verdadeiramente insubstituível que as mutualidades e as

demais instituições sociais têm dado às necessidades das populações”, considera Luís Alberto Silva, realçando, ainda, o fortalecimento dos laços de cooperação entre as entidades representativas do setor social.

As medidas de apoio às instituições sociais, a adenda ao compromisso de cooperação para a criação de vagas para libertar os hospitais do problema das chamadas altas sociais, a articulação no que respeita ao plano de vacinação nos lares e o protocolo que criou bases para a retoma das atividades nas creches no primeiro desconfinamento são exemplos do que tem sido a cooperação próxima que tem existido entre o Estado e o setor.

Ministra Ana Mendes Godinho ouve preocupações das mutualidades



As relações entre o Movimento Mutualista e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social entraram numa nova fase, registando-se positivamente a maior disponibilidade da tutela em conhecer com mais profundidade o trabalho que as mutualidades levam a cabo no terreno, os constrangimentos que enfrentam no desenvolvimento das suas atividades nos mais diversos domínios e empenhamento na sua resolução.

Nas audiências concedidas pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, o Presidente do Conselho de Administração da UMP tem manifestado preocupações com a sustentabilidade das associações mutualistas, com o livre acesso destas ao exercício de atividades como as farmácias sociais, turismo social, funerárias e, na área da saúde a abolição de restrições na prescrição de meios complementares de diagnóstico e

terapêutica. A UMP tem chamado a atenção para a necessidade de rever o Código das Associações Mutualistas, em vigor desde setembro de 2018, que “ao invés de contribuir para a modernização e desenvolvimento do Movimento, está a atrofiá-lo”, e para a pertinência da desburocratização da relação das entidades da economia social com a tutela e os diferentes organismos do Estado.

Outros pontos que esteve em cima da mesa prendeu-se com o desbloqueamento da candidatura apresentada pela UMP em 2019 ao Fundo de Socorro Social, que acabaria por ser despachada favoravelmente no final de 2020, um importante contributo para a antecipação do reequilíbrio financeiro da instituição, previsto inicialmente para 2024.

Trinta propostas apresentadas a António Costa



O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, integrou a delegação dos representantes das entidades do setor social e solidário que, em maio de 2020, apresentou ao Primeiro-Ministro, António Costa, um pacote de 30 propostas para o Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), algumas das quais acabariam por ser consagradas na versão final do PEES aprovado pelo Governo. Este documento integrou vários contributos da UMP.

Retoma nas creches motiva protocolo com Governo

A UMP e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social celebraram em maio de 2020 um protocolo tendo em vista a capacitação das creches e creches familiares das mutualidades, no âmbito da retoma das atividades presenciais nestas respostas sociais após o primeiro confinamento geral.

Através deste protocolo, foram distribuídos equipamentos de proteção individual pelas associações mutualistas com aquelas respostas, promovidas duas ações de formação e sensibilização dos profissionais e um acompanhamento posterior para avaliação das medidas de proteção recomendadas pelas autoridades públicas.



UMP insiste com governo por causa da atividade funerária

A UMP reiterou, numa audiência com o Ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, a necessidade de celebração de um protocolo entre as Direções Gerais das Atividades Económicas (DGAE) e da Segurança Social (DGSS) e o Instituto da Segurança Social (ISS), que defina as condições para o exercício da atividade funerária por associações mutualistas e entidades da economia social.

A legislação permite que as IPSS ou entidades equiparadas possam exercer essa atividade, mas prevê que seja feita em termos a definir em protocolo por aquelas entidades,

cujas celebrações são aguardadas desde 2015, obstaculizando a abertura de novas secções funerárias pelas Associações Mutualistas.

No mesmo encontro, foram abordados, também, os constrangimentos em torno das viagens sociais.

O dossiê da atividade funerária voltaria a estar em cima da mesa numa outra audiência, concedida pelo então Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, João Torres, que manifestou abertura no sentido de desbloquear os constrangimentos existentes.

Protocolo com Ministério da Cultura em análise com Graça Fonseca

A UMP reuniu em 2019 com a Ministra da Cultura, Graça Fonseca, com o objetivo de aprofundar a cooperação institucional e reforçar o protocolo celebrado com o anterior titular da pasta.

O documento prevê apoio técnico na valorização, recuperação e conservação dos edifícios das Associações Mutualistas e

no inventário do seu património imóvel, móvel e museográfico. Consagra, ainda, apoio técnico no diagnóstico e melhoria dos seus arquivos e conservação e restauro de documentos, assim como a cedência de espaços, sob alçada do Ministério, para realização de iniciativas da UMP ou de equipamento devoluto para desenvolvimento de alguma resposta.

UMP lança propostas para agenda da longevidade



A longevidade suscita desafios à sociedade e, em consequência, na definição das políticas públicas para os próximos anos que favoreçam um envelhecimento saudável.

A Santa Casa das Misericórdias de Lisboa reuniu duas dezenas de especialistas e organizações com o objetivo de recolher contributos para a definição de políticas públicas para a longevidade.

Em representação da UMP, o Presidente do Conselho de Administração, Luís Alberto Silva, participou nessa reflexão, defendendo uma coordenação política entre os Ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social, de forma a articular políticas que promovam o envelhecimento ativo e saudável, retardar o isolamento, dependência e a institucionalização dos idosos.

“Se na Saúde se torna necessário apostar em política orientadas para a prevenção e redução do peso das doenças crónicas ao longo da vida, na área da solidariedade e segurança social, é imperioso personalizar respostas e criar condições para a manutenção do idoso no seu meio natural de vida”, afirmou.

Mutualidades querem mais equilíbrio na distribuição dos fundos do Portugal 2030

A UMP defende que o quadro financeiro plurianual 2030 deverá apresentar um maior equilíbrio entre as verbas destinadas a financiar os setores privado e público e aquelas destinadas à Economia Social. O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, que se reuniu com a então Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria do Céu Albuquerque, considera que o Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego (POISE) 2020 acabou por frustrar as expectativas das entidades da Economia Social.

O responsável máximo da UMP salientou algumas das matérias que as Mutualidades Portuguesas gostariam de ver acauteladas no próximo quadro comunitário de apoio, como o financiamento para a requalificação de instituições, medidas de incentivo à empregabilidade específicas para o universo da economia social e para a transferência de conhecimento entre as instituições de ensino superior e estas entidades.

UMP apresenta contributos para Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

A UMP apresentou os seus contributos para a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, numa reunião com a Comissão responsável pela apresentação do documento à apreciação do governo. A reconfiguração das medidas de apoio alimentar, ajustando-as às realidades dos diferentes perfis de pobreza, redefinição da resposta Cantina Social (em termos de territorialização, dimensão e tipo de ser-



Na Jornada Nacional de Reflexão sobre a Economia Social no Portugal 2030, promovida pela Confederação Portuguesa da Economia Social, em que a UMP participou, Luís Alberto Silva disse esperar que o novo quadro comunitário “não cometa os mesmos erros do anterior e venha a ser uma verdadeira alavanca para a modernização das instituições sociais”. Nesse contexto, considera que se impõe prosseguir o esforço no sentido de capacitar os dirigentes, técnicos e colaboradores das entidades da economia social e promover a sua profissionalização e o aprofundamento da cultura de partilha de recursos e de cooperação.

viços) e a criação de mecanismos de independência financeira por oposição à subsidiodependência, associada à proteção no emprego, foram algumas das várias propostas apresentadas.

Para a UMP, é importante uma reflexão alargada em torno da estratégia a seguir para mitigar desigualdades e garantir condições de vida dignas para todos os cidadãos e não deixe ninguém para trás.

Novos Órgãos Associativos da UMP eleitos em Coimbra

Os Órgãos Associativos para o mandato 2021-2024 foram eleitos, por 94 por cento dos votos, na Assembleia Geral da UMP realizada, a 11 de dezembro último, em Coimbra.

“Cientes da enorme responsabilidade que estamos a assumir, tranquiliza-nos saber que não estamos sós. Todas as Associadas e todos os Mutualistas são chamados a contribuir para uma UMP e um Movimento Mutualista ainda mais fortes”, disse Luís Alberto Silva, que foi reeleito na Presidência do Conselho de Administração, em representação da Mutualidade de Santa Maria. Tendo sido um ato eleitoral com lista única, subscrita por um grande número de associações, e com uma participação significa-



tiva, apesar de, pela primeira vez, se ter realizado num dia útil da semana, são fatores que, segundo o dirigente, espelham a “confiança” depositada no elenco eleito e que acarreta ainda “mais responsabilidade” aos novos Órgãos Associativos da UMP.

Antevendo um quadriénio marcado por novos e exigentes desafios, define como um dos principais eixos estratégicos da UMP o rejuvenescimento do Mutualismo e do Movimento Mutualista, a capacitação e a modernização das mutualidades..

Lei de Bases da Saúde conflitua com Lei de Bases da Economia Social

A Lei de Bases da Saúde está longe de corresponder às expectativas do Movimento Mutualista e “não se coaduna com a Lei de Bases da Economia Social aprovada por unanimidade na Assembleia da República”, considerou a UMP numa audição parlamentar sobre aquela Lei que remete as entidades da economia social para “um plano secundário e meramente residual”, no que à prestação de cuidados de saúde diz respeito.

Na perspetiva da UMP, é preciso reconhecer que “o setor social é capaz de prestar, muitas vezes sem o apoio do Estado, serviços de elevada qualidade, em áreas deficitárias, com respostas de proximidade”.



UMP reforça posicionamento estratégico Internacional com presença ativa na UMM



A UMP assumiu formalmente a Vice-Presidência do Comité Intercontinental da União Mundial das Mutualidades (UMM), em representação do Continente Europeu, numa Assembleia Geral desta organização que decorreu a 18 de junho de 2019, em Genebra, na Suíça.

UMP e São Tomé e Príncipe estudam projeto mutualista

A UMP e o Governo de São Tomé e Príncipe têm vindo a aprofundar laços no sentido de estabelecerem pontes para a dinamização de um projeto socioeconómico de raiz mutualista naquele território. A participação do Primeiro-Ministro São-tomense, Jorge Bom Jesus, nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, em formato de videoconferência, a partir de São Tomé, e as reuniões de trabalho com a sua equipa de trabalho no governo têm aproximado a UMP daquele país que procura oportunidades de desenvolvimento económico e social.

Este passo importante na afirmação do Mutualismo português no contexto mundial, dá sequência à estratégia de internacionalização da UMP, que ganhara forma com uma aproximação aos territórios da Comunidade dos Países Língua Oficial Portuguesa (CPLP).

UMP representada no Comité Económico e Social Europeu

A UMP integra, desde outubro, o Comité Económico e Social Europeu (CESE), reforçando a sua representatividade no contexto internacional, após a adesão à União Mundial das Mutualidades.

O CESE é um órgão consultivo constituído por representantes de organizações de trabalhadores, empregadores e grupos de interesse que emite pareceres sobre temáticas europeias dirigidos à Comissão Europeia, Conselho Europeu e Parlamento Europeu, estabelecendo a ponte entre as instâncias de decisão e os cidadãos europeus.

Os 329 membros que o compõem estão distribuídos por três grupos – Empregadores, Trabalhadores e Diversidade Europa. A UMP está integrada na categoria de Economia Social, que engloba mutualidades, cooperativas, associações, fundações e ONG de ação social, e foi eleita representante de Portugal na mesa do grupo Diversidade Europa.

O Comité Intercontinental da UMM era presidido por Alfredo Sigliano, representante do Continente Americano, entretanto falecido, Luís Alberto Silva, em representação da Europa, e Abdelmoula Abdelmoumni, representante de África.

O núcleo duro da UMM deslocou-se, entretanto, a Bruxelas, onde se desdobrou em contatos com várias instâncias europeias, embaixadores junto da UE, Representante Especial das Nações Unidas para as Crianças e Conflitos Armados e apresentou os seus objetivos no Fórum Mundial da Segurança Social, procurando o reconhecimento das instâncias políticas internacionais. Antes disso, Luís Alberto Silva já se reunira com o eurodeputado português do Partido Popular Europeu José Manuel Fernandes.

Dia Nacional do Mutualismo



A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e o Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus, foram duas figuras de Estado que participaram na sessão solene evocativa do Dia Nacional do Mutualismo, que a UMP promoveu em 8 de julho, pela primeira vez em formato de videoconferência e com transmissão no canal de YouTube Mutualidades Portuguesas. Com os condicionais colocados aos eventos presenciais, por causa da crise pandémica, a UMP decidiu evocar os 723 anos do Mutualismo em Portugal, reunindo por videoconferência, uma parte dos convidados para o Congresso Nacional do Mutualismo que se realizaria nessa data em Espinho. A sessão contou ainda com a participação de

António Moura e Sá, então Presidente do Conselho Fiscal da UMP; Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP; Francisco Ramos, ex-Secretário de Estado Adjunto e da Saúde; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; e Carlos Azevedo, Presidente do IES-International Business School.

Olhar o futuro do Mutualismo

“Um país que tem uma rede de associações mutualistas dinâmica e fazedora é um país melhor, mais humano, com mais esperança”, destacou o então Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto, que representou o Governo na sessão de abertura das comemorações do Dia Nacional do Mutualismo em

2019 (8 de julho), que decorreram em Vila Nova de Gaia e que contaram com a presença de Ana Mendes Godinho, na altura Secretária de Estado do Turismo.

Sob o lema “Olhar o Futuro do Mutualismo”, estas comemorações englobaram conferências sobre o impacto da demografia na Segurança Social e na Saúde, o futuro do Mutualismo e da Economia Social e uma apresentação da União Mundial das Mutualidades, que a UMP integra.

O programa contemplou ainda um fórum participativo, em que a plateia foi desafiada a recorrer à tecnologia para responder a questões pré-estabelecidas sobre o universo mutualista e a atividade da UMP.



Reunião Anual de Presidentes Mutualistas



As duas últimas edições da cimeira anual dos Presidentes Mutualistas realizaram-se na Mealhada e trataram questões como a tecnologia ao serviço do mutualismo e o rejuvenescimento do Movimento Mutualista.

Os desafios das novas tecnologias ao serviço do mutualismo e os planos das mutualidades para 2020 estiveram em plano de evidência na edição de 2020 da Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, que juntou mais de meia centena de dirigentes e contou com a participação do Vereador da Ação Social da Câmara da Mealhada, Nuno Canilho.

A UMP apresentou a nova imagem do site mutualismo.pt, mais dinâmica, de design responsivo e com novos conteúdos, e a Aplicação Informática Integrada de Gestão de Associados (AMIGA) que criou e desenvolveu especificamente para auxiliar as associações mutualistas na gestão dos associados, que, entretanto, foi testada e otimizada.

A implementação de respostas sociais no campo imobiliário para jovens e seniores, aquisição e remodelação de instalações para criar e melhorar respostas na área da saúde, abertura de farmácias sociais foram alguns investimentos apontados pelos responsáveis máximos das mutualidades como principais investimentos no horizonte de um ano, que acabaria por ser revelar atípico e que levou a repensar alguns deles e a sua calendarização.

Em 2019, o rejuvenescimento do Movimento foi o tema central dos trabalhos. A necessidade de atrair jovens e mulheres para as mutualidades e promover a sua integração progressiva nos órgãos associativos foram aspetos vinculados, foi uma das questões mais analisadas. Impõe-se inverter a curva descendente do número de associados e o envelhecimento do tecido associativo.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva,

sublinhou, na sessão de abertura, que contou com a presença do Vice-Presidente da Câmara da Mealhada, Guilherme Duarte, a importância de as associações mutualistas não poderem continuar amarradas à resposta tradicional do subsídio de funeral, estarem atentas às necessidades das comunidades em que se inserem e dinamizarem novas respostas e comunicarem melhor.



Chama Mutualista

A Chama Mutualista é uma iniciativa da UMP que enfatiza a força e a vitalidade do Movimento Mutualista, aprofunda os laços entre dirigentes e colaboradores das Mutualidades e que se traduz num elemento de carácter luminoso, que é transmitido ao longo de um ano entre as diferentes Associações Mutualistas filiadas.

A sessão evocativa do Dia Nacional do Mutualismo, no dia 8 de julho de 2020, marcou o fim da 4.ª edição desta iniciativa e o início da 5.ª edição, na sede do Monte Pio Artístico Tavirense, no Algarve, e que até dezembro já contou com o envolvimento de mais de uma dezena de Associadas.

Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas



O enorme contributo que o Movimento Mutualista tem dado no combate à pandemia e na minimização dos seus efeitos sociais e económicos foi destacado pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, no IX Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas (ENDM), que decorreu, a 23 de outubro de 2020, em formato de videoconferência.

“A capacitação de competência, a capacitação digital e a reinvenção das respostas sociais”, são os grandes desafios que, na ótica da governante, se colocam ao setor social. A propósito, Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP, sublinharia que “o Estado não pode continuar a subfinanciar as respostas sociais que contratualiza com as instituições sociais.

Subordinado ao tema “As Mutualidades do Século XXI – Acrescentar Valor pela Inovação”, o ENDM procurou desenhar um retrato das associações mutualistas, com base em indicadores e dados estatísticos resultantes da Conta Satélite da Economia Social e do Inquérito ao Setor da Economia Social, interpretados por Eduardo Pe-

droso, especialista da CASES em estatística. O potencial de inovação das mutualidades foi um tema desenvolvido pelo Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, Filipe Almeida, explicando o processo de inovação e os instrumentos públicos de apoio. Paulo Teixeira, advogado da UMP, escalpelizou as principais mudanças e esclareceu as maiores dúvidas que o primeiro Contrato Coletivo de Trabalho do setor trouxe às relações laborais nas associações mutualistas. Na edição anterior do ENDM, realizada em outubro de 2019, no auditório d'A Familiar Vimaranesse, em Guimarães, a UMP apresentou o Plano Estratégico da UMP 2019-2022, incitando as associações mutualistas a adotarem processos de planeamento estratégico na sua gestão, numa perspetiva de renovação da face do movimento mutualista português,

Num encontro, que contou com a presença do Presidente da Câmara de Guimarães, Domingos Bragança, foram abordadas matérias relacionadas com a legislação laboral e apresentadas as medidas de apoio ao financiamento das associações mutualistas e às respostas sociais no âmbito do Portugal 2020.

Encontro Nacional de Jovens Mutualistas

A Reitoria da Universidade do Porto acolheu, em 3 de maio de 2019, o Encontro Nacional de Jovens Mutualistas (ENJM), que contou com a participação de dezenas de jovens mutualistas portugueses e uma delegação de três dezenas de jovens gregos, italianos, ucranianos e brasileiros radicados na Europa que de 28 de abril a 4 de maio do mesmo ano, estiveram envolvidos no projeto internacional “You'Re HOME – Help Others Means Europe”, organizado pela UMP ao abrigo do programa “Erasmus+ Juventude em Ação”.

A integração dos jovens refugiados na Europa e o papel das organizações juvenis e das instituições nesse processo foram os temas fortes do ENJM, que contou na abertura, com a presença do Secretário de Estado da Juventude, João Paulo Rebelo, que desafiou os jovens a “agarrarem” temas fundamentais dos dias de hoje e “não serem meros figurantes”, assumindo o seu papel de “atores e transformadores” na Europa.



Projeto internacional “You’re HOME”



Uma candidatura da UMP ao programa internacional Erasmus + permitiu reunir cerca de três dezenas de jovens, com idades entre os 18 e os 30 anos, provenientes da Grécia, Itália, Ucrânia, Brasil e Portugal, no Porto, entre 28 de abril e 4 de maio, para debater a problemática da integração de jovens refugiados na Europa e divulgar o modelo mutualista português.

Durante sete dias, para além de conhecerem o Porto e a região, os jovens participantes no projeto “You’re HOME – Help Others Means Europe” puderam desenvolver um conjunto de atividades com alunos da Escola Secundária de Esmoriz, tomaram contato com a tradição azulejar de Ovar, participaram em diversos workshops, visitaram o JN Media Lab, onde aprofundaram os seus conhecimentos sobre literacia nos media, e fizeram um roteiro por associações mutualistas do Porto.

Os jovens participantes no projeto entregaram ao Secretário de Estado da Juventude e Desporto de Portugal, João Paulo Rebelo, uma carta onde apelavam aos governos, líderes e organizações não-governamentais europeus que assumam uma postura mais integradora dos refugiados na Europa.



Jornadas Mutualistas Regionais

A capacitação do Movimento Mutualista é um desígnio da UMP que nos dois últimos anos, apesar dos constrangimentos verificados em 2020, promoveu cinco ações de formação (duas sessões de formação em cada uma delas), que mobilizaram mais de 470 participantes. O programa das Jornadas Mutualistas Regionais de 2020 foi condicionado pela crise pandémica, que inviabilizou a concretização do leque de ações previstas. Ainda assim, foi possível realizar duas edições com quatro momentos de formação, que reuniram 302 participantes. A primeira dedicada ao Marketing e Comunicação, com sessões realizadas em Évora e Espinho. A segunda, no âmbito de um protocolo com o Ministério do Trabalho, Solida-

riedade e Segurança Social, que visou capacitar os profissionais das creches mutualistas para a Retoma de Atividade em Creche/Creche Familiar/Ama, dividida em duas sessões, em formato de videoconferência (14 e 21 de maio).

No ano anterior, tinham sido concretizadas três edições das Jornadas Mutualistas Regionais, dedicadas ao Planeamento Estratégico (em Ramalde e Almada) à Gestão de Recursos Humanos (no Porto e em Vila Franca de Xira) e em Inovação e Empreendedorismo Social (em Vila Nova de Gaia e Benavente), que contaram com a participação de 170 dirigentes, técnicos e colaboradores das mutualidades, de norte a sul do país.



Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas

Realçar o princípio mutualista da igualdade, neste caso da igualdade de género, e chamar a atenção para a necessidade de integrar mais mulheres nos órgãos associativos das mutualidades, foram os objetivos que levaram a UMP a promover o Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas (ENMM), no Polo de Inovação e Capacitação Social de São João de Ovar, que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Ovar, Salvador Malheiro, e do Presidente da Junta local, Bruno Oliveira.

O evento, que registou uma elevada participação, foi dividido em dois painéis de reflexão, sobre “Caminhos da Igualdade” (com Carla Rodrigues, Presidente do Conselho Nacional de Procriação Médica Assistida e ex-deputada; Cristina Almeida, Diretora da Yasaki Saltano; Rosa Maria Gomes, Comissária da PSP de Ovar, e Rosa Venâncio, do Departamento de Mulheres Socialistas de Aveiro; e “Conversa de Mulheres Mutualistas” (com Ângela Pereira (AMUT), Armanda Fernandez (ASM Freamundense) e Jani Silva (A Familiar-ASM da Póvoa de Varzim).

Um levantamento efetuado pela UMP revela que a participação da Mulher nos Órgãos Associativos das mutualidades se situa nos 28%, praticamente em linha com os objetivos mínimos estabelecidos pela Lei da Paridade, quando à composição dos órgãos legislativos e autárquicos.



DISTINÇÕES HONORÍFICAS

Prémio Trabalhador do Ano



Soraia Ribeiro, ASM – São Mamede Infesta

Com o objetivo de valorizar a importância do papel dos trabalhadores no desenvolvimento das Mutualidades e na promoção do Mutualismo, a UMP lançou, pela primeira vez, em 2020, o concurso Prémio Trabalhador do Ano, que distingue o trabalhador, colaborador ou voluntário, que se tenha evidenciado pelas suas qualidades profissionais, empenho, identificação com a causa mutualista e tenha dado contributos relevantes para o progresso da sua Associação no último ano.

Nesta primeira edição participaram quatro Mutualidades - Legado do Caixeiro Alentejano, Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta, Associação de Socorros Mútuos Previdência dos Ferroviários de Portugal e Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim, que indicaram uma trabalhadora. O método de eleição foi através de votação online no site mutualismo.pt, tendo sido a candidata mais votada Soraia Ribeiro (2.001 votos), trabalhadora da Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta. Foi registado um total de 3.482 votos.

Prémio Cidadania e Solidariedade



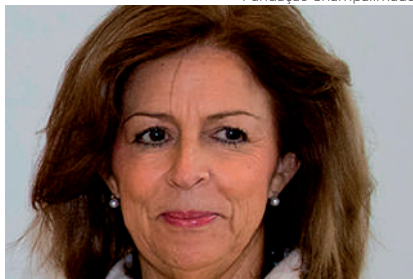
Pinto Moreira, Presidente da Câmara de Espinho, pelo seu percurso cívico e autárquico e pela atenção dedicada às questões sociais e do associativismo e ao Movimento Mutualista, particularmente às associações do concelho de Espinho.

Câmara de Gaia



Eduardo Vítor Rodrigues, Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, pelo seu “percurso pessoal, profissional e cívico” e pelo seu envolvimento em projetos nacionais e internacionais nos domínios da pobreza, desigualdades e políticas públicas.

Fundação Champalimaud



Leonor Beleza, Presidente da Fundação Champalimaud, instituição com um papel relevante na investigação científica na área da saúde e na prestação de cuidados clínicos especializados de oncologia.

Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

Wikipédia



Ano 2020 - José Tolentino de Mendonça, Cardeal responsável pelo Arquivo e Biblioteca do Vaticano, personalidade de relevo, não só da Igreja, como da cultura e com um percurso marcado por um “profundo humanismo” e pelos “grandes valores do mutualismo”.

UMP E IOM



Ano 2019 - António Vitorino, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações, “intermediário para a paz, alguém que constrói pontes e promove os interesses e as necessidades de todos, especialmente dos mais fracos e vulneráveis”.

O prémio foi entregue nas comemorações do Dia Nacional do Mutualismo 2019, em Gaia, sendo representado na cerimónia pelo seu chefe de gabinete Eugenio Ambrosi.

Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional



Ano 2020 - **Jorge Bom Jesus, Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe**, o ênfase que o líder do governo são-tomense coloca no desenvolvimento social do seu país, baseado nos princípios da solidariedades, igualdade e inclusão social, e a cooperação com o Movimento Mutualista português para a implementação de projetos mutualistas naquele território foram razões que fundamentaram a atribuição da distinção pela UMP.



Ano 2019 - **Ana Mendes Godinho, Secretária de Estado do Turismo 2015-2019**, pelo seu papel na promoção de Portugal no Mundo (melhor destino turístico do mundo, pelo terceiro ano consecutivo).

É, presentemente, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Mutualismo e Solidariedade



Ano 2020 - **Augusto Abreu, Presidente da ASM Familiar Vimaranesse**, em reconhecimento do contributo

que vem dando ao desenvolvimento e rejuvenescimento da sua Associação e do Mutualismo.



Ano 2019 - **Fernando Paulino, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Setubalense**, pelo seu per-

curso pessoal, cívico e associativo, pautado pelos valores e princípios mutualistas.

Ideias que transformam problemas em soluções inovadoras



Os sete séculos de história do Movimento Mutualista em Portugal ficam marcados pela resiliência e pela capacidade de inovar e adaptar respostas aos problemas que a sociedade enfrenta em cada momento. Pela amplitude da sua intervenção, as mutualidades constituem um ecossistema favorável ao desenvolvimento de processos e projetos de inovação social.

Nesta e nas páginas seguintes, abordaremos alguns dos caminhos que as associações mutualistas estão a percorrer, a perspetiva do responsável máximo pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, Filipe Almeida, sobre o papel da inovação no setor social e os incentivos disponíveis para alavancar projetos.

A profunda transformação social dos tempos modernos lança, todos os dias, novos desafios que confrontam as instituições sociais com a necessidade de encontrar novas respostas para novos problemas, com maior ou menor grau de disrupção. As mutualidades vão trilhando o caminho e os quatro projetos que disputaram o “Prémio Inovar Para Melhorar” em

2020 são um exemplo da inovação que vai fervilhando no setor. A inclusão de pessoas com deficiência, o atendimento às vítimas de violência doméstica, a germinação de projetos inovadores na área do apoio à população sénior e a resposta à pandemia foram quatro grandes ideias que constituem referências de modernidade no Movimento Mutualista, como muitas outras que não foram objeto de candidaturas, mas que obtiveram reconhecimento por outras entidades, ou que fazem toda a diferença junto dos associados e das comunidades.

O projeto vencedor, de acordo com a apreciação do júri constituído por Eduardo Graça (CASES), Filipe Almeida (Estrutura de Missão Portugal Inovação Social) e Pedro Portugal Gaspar (ASAE), está a ser implementado em Coimbra n'A Previdência Portuguesa.

A integração e a inclusão de pessoas com deficiência na instituição, como fator de responsabilidade, levou A Previdência Portuguesa a desenhar um projeto direcionado a quem não vê ou não ouve. Criou um serviço de

vídeo-intérprete, disponibilizou interpretação no local de atendimento ao público, vídeo-interpretação offline para corporate tv, sites em Língua Gestual Portuguesa, tradução para Braille de todas as modalidades e benefícios e de todos os formulários de adesão associativa. E assim nasceu “A Diversidade Dentro do Mutualismo – Unidos na Diversidade, Inclusivos na Intervenção”, que facilita o acesso de quem não vê e quem não ouve aos serviços da associação e potenciar o mutualismo junto deste público e das suas famílias.

“Entendemos que deveríamos passar a utilizar a língua gestual na nossa comunicação, nos nossos vídeos e nos nossos suportes e, para isso, desenvolvemos uma parceria com uma entidade para complementarmos toda a nossa comunicação, também para aqueles que não ouvem”, referiu António Martins de Oliveira, Presidente d'A Previdência Portuguesa, na sessão evocativa online do Dia Nacional do Mutualismo, em que o vencedor do Prémio foi anunciado. A entrega da distinção ocorreu na Assembleia Geral da UMP, em dezembro último.

“Costurar com causa” de Sandim para todo o país



O projeto nasceu da dificuldade em adquirir máscaras, batas e pés na fase inicial da pandemia. Um grupo de colaboradoras das respostas sociais suspensas começou a produzir para uso nas diferentes atividades da ANSE e das associações de Sandim. Hoje fornece instituições de vários pontos do país. O surto epidemiológico Covid-19 começou a fazer o seu caminho em março de 2020. O país fechou e instituições como a Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança (ANSE), de Sandim, teve que se reorganizar.

Com atividades presenciais suspensas em várias respostas sociais, o recurso ao layoff seria a solução mais expedita naquele momento, mas em tempo de crise, também surgem oportunidades para recomeçar. Com colaboradoras temporariamente sem

ocupação e com as dificuldades da associação e das outras instituições de Sandim e da região em adquirir equipamentos de proteção individual, para os seus profissionais e utentes, começou a desenhar-se uma ideia. E se a própria ANSE confecionasse as suas máscaras, as batas, pés, fardamentos, sacos e outros? Fátima Melo, colaboradora da Associação, teve, em tempos, uma empresa têxtil e, para além do know-how de anos de atividade, guardava em casa máquinas de costura e outros equipamentos da arte. Colocou-as ao serviço da ANSE em duas salas do centro de dia e não mais faltaram EPIs na instituição e nas associações da região.

“As coisas foram avançando, tivemos apoios de particulares e empresas que ainda hoje estão connosco. A atividade foi crescendo de forma sus-

tentada e continuamos a assegurar a produção dos nossos próprios EPIs”, explica Mário Marques, Presidente da ANSE. O projeto cresceu de tal forma que as encomendas começaram a chegar de vários pontos do país e a chamar a atenção da RTP1 que esteve em Sandim para mostrar ao mundo o “Costurar com Causa” e conhecer os rostos e as mãos que lhe dão corpo. Depois, foi a vez da SIC Esperança apoiar o projeto e dá-lo a conhecer. E deste modo, se vai consolidando resposta alternativa e ajustada ao terceiro setor e uma atividade sustentável que promove o crescimento das entidades parceiras (IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia, entidades de apoio social e comunitário, empresas da área têxtil, IEF, Câmara Municipal e autarquias). Uma vez terminada a pandemia, a ANSE continuará a Costurar com Causa!

AMUT'IESIM, uma incubadora de projetos para a “idade maior”

AMUT - GONDOMAR



A tentativa de inovar está presente em cada desafio que a AMUT – Associação Mutualista de Gondomar abraça. Faz parte do seu ADN. A Incubadora de Empreendedorismo Social da Idade Maior (Amut'IESIM), criada em 2019, foi mais um e, também se diferencia das suas congêneres espalhadas pelo país, por se centrar na temática do envelhecimento. O seu foco é apoiar ideias que se possam transformar em projetos de apoio a idosos, adultos dependentes e cuidadores e que façam a diferença na comunidade. É financiada pela iniciativa pública Portugal Inovação Social e, em menos de dois anos, a AMUT'IESIM tem ajudado a dar asas a ideias que emergiram da comunidade, desde projetos na área do desporto intergeracional, do turismo, de apoio escolar especializado a pessoas com deficiência, profissionalização de adultos com deficiência enquanto cuidadores da floresta ou de “banhos de floresta”.

De um grupo de jovens praticantes de baseball, flag football e outras modalidades pouco conhecidas do

grande público, nasceu a ideia de um projeto dinamizador do desporto intergeracional. Estes jovens querem, por exemplo, envolver os idosos na prática do flag football, uma modalidade na linha do futebol americano, que se joga com uma fita à cintura e que não envolve contacto físico, e que tem potencialidades para entusiasmar os seniores.

Na área do turismo, são apoiados dois projetos. Um direccionado para pessoas com deficiência e um outro que procura reativar a tradição dos valboeiros e atrair visitantes do Porto, com base na experiência dos idosos que, noutros tempos, subiam o Douro, a partir de Valbom, Gondomar, naquelas embarcações, para a pesca do sável e da lampreia.

No apoio às pessoas com deficiência e aos cuidadores, a AMUT'IESIM ajuda a incubar um projeto de ATL e apoio escolar especializado e que trabalha na capacitação das respetivas famílias e um outro projeto direccionado para pessoas de idade adulta com deficiência que as pro-

fissionaliza, enquanto cuidadores da floresta, atividade fundamental para a prevenção de incêndios.

Na incubadora, faz caminho também o projeto “Banhos de Floresta”, que aposta em experiências sensoriais na natureza, indutoras de bem-estar de idosos e famílias.

A capacitação da comunidade é outra das apostas da AMUT'IESIM que, através do jogo Oásis, leva os participantes a identificarem um problema na sua comunidade e encontrarem soluções. E aí, nasceu por exemplo, o projeto “Afeto ao Cubo” que induz os participantes a pensar nos idosos que vivem isolados, com os quais estabelecem contacto telefónico e conversam sobre a história de vida deles e dos sonhos que gostavam de concretizar. Conversas que servem de inspiração para criar “caixas de afetos” que entregam, depois, pessoalmente aos idosos. Gestos simbólicos que são pedaços de felicidade a quem, tantas vezes sente a falta de um carinho e um afeto.

Ângela Pereira, Presidente do Conselho de Administração da AMUT, considera que a incubadora de empreendedorismo social está a ser uma experiência enriquecedora e que terá vida própria mesmo quando terminar o financiamento público. “Funciona como um laboratório para a própria AMUT que nos ajuda a repensar as nossas atividades e iniciativas”, explica a dirigente, admitindo que do desenvolvimento dessas ideias possam resultar projetos que a Associação abraça no futuro.

ASMAB descentraliza atendimento a vítimas de violência doméstica

A Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB), que dinamiza um núcleo de atendimento às vítimas de violência doméstica e tem em construção uma casa abrigo, candidatou-se ao PIPM com um projeto de descentralização do seu atendimento em seis municípios do distrito de Bragança, onde não havia qualquer resposta especializada nesta problemática.

Este processo de descentralização do atendimento às vítimas, intitulado “Um Serviço Mais Perto de Si”, resultou de uma parceria que a instituição estabeleceu com as autarquias e as Redes Sociais Locais.

O núcleo de atendimento brigantino é o único cujo funcionamento é assegurado por uma associação mutualista.

Em Portugal existem 133 estruturas de atendimento, 39 casas de abrigo e 26 espaços de acolhimento de emergência.

ASMAB - BRAGANÇA



Quais são os fundos de apoio à inovação social?

A iniciativa pública Portugal Inovação Social disponibilizou ao longo dos últimos quatro anos vários instrumentos financeiros de apoio ao empreendedorismo e inovação social, no âmbito do Portugal 2020.

4 instrumentos de apoio

Capacitação para o investimento social – financia 100 por cento do custo de planos de capacitação para o desenvolvimento de competências de gestão em equipas envolvidas em projetos de inovação social (antes e durante a sua execução). São duas as Associações Mutualistas que beneficiaram deste apoio: AMUT – Gondomar e Mutualista Covilhanense.

Parcerias para o impacto – financia 70 por cento projetos de inovação social, a par com o financiamento de 30 por cento por um ou mais investidores sociais, públicos ou privados. A AMUT – Gondomar tem um projeto em desenvolvimento (Incubadora de Empreendedorismo Social da Idade Maior).

Títulos de Impacto Social – financia projetos de inovação social alinhados em áreas prioritárias de políticas públicas, numa lógica de pagamento por resultados alcançados. São contratualizados resultados sociais mensuráveis e, sendo atingidos, o investidor social que financiou o projeto é integralmente reembolsado. Estes projetos são acompanhados pela entidade pública responsável pela execução da política pública na respetiva área setorial

Fundo para a Inovação Social – Coinveste com investidores privados no capital de empresas e facilita o acesso a crédito bancário (na banca comercial) através da concessão de garantias.

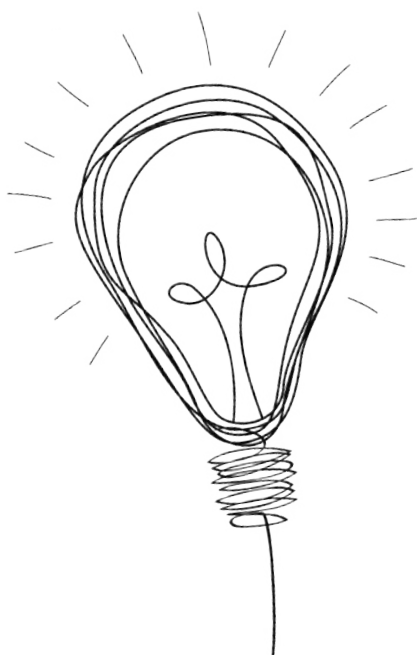
Até ao final da execução do Portugal 2030, deverá ser publicado o aviso de abertura de um último concurso, no âmbito das Parcerias para o Impacto.

Quais serão os instrumentos financeiros do Portugal 2030? A resposta será conhecida em breve.

Seis perguntas & respostas

Filipe Almeida

Presidente da Estrutura
de Missão Portugal
Inovação Social



A Portugal Inovação Social (EMPIS) é uma iniciativa pública que visa promover a inovação social e dinamizar o mercado de investimento social em Portugal.

Filipe Almeida, Presidente da EMPIS, considera que foi “uma iniciativa visionária, no tempo certo”, que mobilizou recursos do Fundo Social Europeu no âmbito do Portugal 2020, numa experiência pioneira que hoje “posiciona Portugal na Europa e no mundo como um país líder e inspirador no campo das políticas públicas de apoio à inovação e ao empreendedorismo social”.

Em quatro anos e dezana e meia de concursos, disponibilizou mais de 80 milhões de euros, para os quais houve uma procura de 139 milhões de euros, aprovou 578 projetos em todo o país até outubro de 2020, que envolveram mais de 422 entidades empreendedoras, incluindo uma Associação Mutualista – a AMUT – Associação Mutualista de Gondomar – e 665 investidores sociais, impactando mais de 373 mil pessoas. Além dos três instrumentos de financiamento sob gestão direta da EMPIS, registou-se uma reação significativa do ecossistema nacional e internacional ao Fundo para a Inovação Social.

A MUT coloca-lhe seis perguntas, para seis respostas inspiradoras.



1

Existe uma cultura de inovação no seio das organizações da economia social?

A Economia Social é constituída por organizações com perfis, dimensões e até finalidades muito variáveis, que têm genericamente em comum o facto de visarem fins sociais com património privado. Constituem-se como a resposta da sociedade civil organizada aos desafios que são colocados ao seu próprio desenvolvimento, autonomia e bem-estar. E desse ponto de vista, historicamente sempre foi um setor inovador que, perante as respostas insuficientes do setor privado lucrativo e do Estado, desenvolveu-se em torno da tentativa de resolução ou mitigação de problemas sociais.

Esta evolução não foi, no entanto, independente das evoluções dos próprios Estados e da forma como o setor público foi definindo os seus modelos de intervenção. Daí resultaram acordos de parceria que contratualizam a prestação de serviços públicos por entidades privadas que pertencem ao perímetro da Economia Social. E, desta forma, temos hoje um setor muito diverso, rico de experiências, estruturante do ponto de vista social, com múltiplas valências consolidadas mas ainda com elevado potencial para evoluir e inovar.

A parte do setor que presta serviços públicos contratualizados com o Estado está muito limitada nas possibilidades de inovar, dada a normalização de procedimentos e de métodos

a que está sujeita a sua atuação, por um lado, e dada uma certa acomodação às rotinas instaladas e à forma como habitualmente se providenciam as respostas, por outro. Nestes casos, os esforços de inovação são essencialmente dirigidos para a criação de fontes complementares de receita que permitam cobrir todas as necessidades de financiamento.

Apesar disso, mesmo nestas entidades, nota-se uma disponibilidade crescente para repensar as formas como se prestam serviços e como se entendem os problemas sociais.

Além destas, muitas organizações do setor dão respostas inovadoras não contratualizadas, de incidência territorial local, essenciais para o bem-estar e desenvolvimento das comunidades onde atuam. E na sua diversidade, o setor inclui também entidades mais recentes, com novos empreendedores, criadas com uma vocação inovadora e vinculadas a uma missão de impacto social.

Não é comum associarmos o setor social à inovação, mas ela está muito presente, embora a várias velocidades. E é por isso possível e preciso provocar mais inovação, contrariar a acomodação a velhos hábitos, incentivar parcerias, ponderar novas formas de contratualizar resultados e estimular a atração de jovens qualificados e de profissionais experientes para reforçar as competências, a visão e o potencial deste setor que é estruturante para assegurar um progresso social sustentável.

Não é comum associarmos o setor social à inovação, mas ela está muito presente, embora a várias velocidades. E é por isso possível e preciso provocar mais inovação, contrariar a acomodação a velhos hábitos.

2

Como é que se fomenta a inovação no quotidiano destas entidades?

Convivem no seio da Economia Social tradições consolidadas que dão respostas mais convencionais, com iniciativas mais inovadoras que buscam formas alternativas e complementares de responder aos desafios coletivos. Uma e outra abordagens são importantes e conciliáveis. Para fomentar uma cultura de inovação é fundamental primeiro compreender que a inovação é uma vocação e uma obrigação natural do setor social.

A inovação é necessária para melhorar as respostas atuais, mas também para encontrar novas respostas. E não é um exclusivo das pequenas associações mais recentes, das startups sociais ou das grandes instituições filantrópicas com um trajeto inovador reconhecido. Encontramos focos

de inovação disruptiva também no seio de entidades seculares, como no caso das misericórdias e de algumas associações mutualistas.

As organizações mais dinâmicas, com culturas consistentes de inovação, revelam habitualmente uma inquietação latente perante os problemas sociais, questionam os modelos de resposta, desafiam o alcance dos métodos e investem na busca constante por melhores resultados. E, não raras, vezes a qualidade e o alcance dessa inovação são otimizados com parcerias dentro e fora do setor. A par com uma rotina interna de análise crítica da realidade e das soluções implementadas, é também preciso criar incentivos adequados que estimulem a experimentação de novas abordagens e que remunerem pelos resultados, combinando risco e impacto.



3

Quais são as maiores dificuldades?

Os problemas sociais que enfrentamos são cada vez mais complexos e interdependentes e a sua mitigação depende, frequentemente, de respostas integradas, multisetoriais e em parceria. Não creio que falte potencial criativo. Sinto aliás uma abertura cada vez maior nas múltiplas “famílias” do setor social para procurar novas soluções, integrando a inovação no seu discurso, mas também procurando fazê-lo na sua prática. Persistem no entanto bar-

reiras e resistências. E as carências clássicas do setor não são diferentes quando se fala de inovação: financiamento e competências de gestão. E eu acrescentaria, para este efeito, que falta também ainda desenvolver uma cultura de parcerias estratégicas, que permitam minimizar custos de operação, eliminar redundâncias, partilhar experiências e criar uma escala que favoreça a atração de investimento e a maximização do impacto.

Para ser inovador, um projeto deve propor um produto, serviço ou metodologia diferenciada das existentes para resolver, atenuar ou prevenir um problema social.

4

O que é preciso para que um projeto seja efetivamente inovador e empreendedor?

No âmbito da Portugal Inovação Social, por definição, para ser inovador, um projeto deve propor um produto, serviço ou metodologia diferenciada das existentes para resolver, atenuar ou prevenir um problema social. Podem ser projetos de inovação disruptiva, que apresentam abordagens inovadoras para problemas e desafios sociais ainda sem resposta estruturada, ou projetos de inovação incremental, que apresentem uma abordagem metodológica inovadora no contexto de respostas já existentes, com potencial de contribuir para alterar o modo como a política pública é executada. Os dois tipos de inovação são necessários quando se fala de inovação social.

Genericamente, para que um projeto de empreendedorismo social seja bem sucedido, são necessários quatro elementos fundamentais: a) uma inquietação inicial perante um problema social; b) uma ideia inovadora, com elevado potencial de impacto, nascida dessa inquietação, para responder a esse problema; c) a transformação dessa ideia num pro-

jeto coerente com determinado modelo de intervenção; d) e a capacidade de mobilizar recursos adequados para desenvolver o projeto, incluindo a equipa, as parcerias e o financiamento. Estes elementos estão habitualmente presentes nos projetos que temos acompanhado e que se revelam eficazes.

5

Nestes tempos de crise sanitária e económica, há clima para a inovação e o empreendedorismo?

Sim, mais do que nunca. Não só é necessário, como se tornou urgente. Esta é uma crise com características únicas na história da Humanidade. Não por ser uma pandemia, mas por ter acontecido num mundo economicamente globalizado, tecnologicamente intensivo e com níveis de mobilidade incomparáveis com épocas anteriores. A superação da crise sanitária atual, que já é também económica e que será por consequência social, exige mobilização coletiva, inovação e empreendedorismo. Precisamos de respostas imediatas, mobilizadoras, para acudir às necessidades básicas urgentes de

quem ficou desempregado, doente ou isolado. Mas também precisamos de respostas que procurem soluções criativas na raiz dos problemas, que fomentem a inclusão, que criem novas abordagens de empregabilidade, que reforcem competências de cidadania, que incentivem a prevenção da doença, que promovam mudanças efetivas de comportamento. Estas respostas inovadoras são em geral encontradas por via de processos empreendedores, experimentais, resilientes e focados no impacto. Por outro lado, haverá, infelizmente por via do desemprego qualificado, uma quantidade significativa de talento disponível e, por via da visibilidade das respostas sociais, uma maior sensibilidade para o impacto e relevância do setor.

Portanto, numa perspetiva (re)construtiva, esta crise é também uma grande oportunidade para atrair novos atores e profissionais qualificados com experiências diversas para a Economia Social, fortalecendo as suas respostas e provocando mudanças de paradigma e de perceção sobre o seu potencial enquanto motor transformador da sociedade, muito além de uma visão meramente assistencialista.

“É importante consolidar este movimento”



6

Que desafios se colocam no futuro no âmbito da inovação social e o que se espera do quadro comunitário Portugal 2030?

A inovação social visa a mudança social no sentido da emancipação dos mais vulneráveis e do fortalecimento das relações sociais. Pressupõe por isso a transformação de relações, de condições, de modos ou de perspectivas de vida, com potencial de alcance universal.

O que aconteceu nos últimos anos foi que a Inovação Social emancipou-se ela própria e foi apropriada pela sociedade civil organizada, por pessoas e instituições de alguma forma comprometidas com o projeto de melhorar o modo como vivemos. É agora importante consolidar este movimento, assegurando os mecanismos de mobilização de investidores, o incentivo do financiamento público, a atração de novos empreendedores para o setor social, a maior integração destas experiências com a política pública, a promoção de novas dinâmicas de contratualização e de prestação de serviços sociais.

Coloca-se por isso o desafio de decidir sobre como dar sequência a este processo, como incentivar uma cultura continuada de inovação nas organizações sociais, como expandir o investimento social privado, como reforçar as parcerias intersectoriais, como transferir as melhores aprendizagens e experiências para as políticas públicas do futuro, como ajustar os instrumentos de financiamento às necessidades do ecossistema e aos diferentes níveis de maturidade que nele coexistem. A Comissão Europeia prevê a continuidade de apoio à Inovação Social e tem reconhecido o papel pioneiro desta iniciativa pública do Governo português. Estou, por isso, confiante que o próximo quadro comunitário dará boa sequência a esta experiência pioneira em Portugal.

A Comissão Europeia prevê a continuidade de apoio à Inovação Social e tem reconhecido o papel pioneiro desta iniciativa pública do Governo português. Estou, por isso, confiante

Iniciada reabilitação e ampliação da sede da Beneficência Familiar

A reabilitação e a ampliação da sede d'A Beneficência Familiar do Porto é um dos maiores projetos em curso no Movimento Mutualista.

Está em causa um investimento de mais de 10 milhões de euros, incluindo o valor da aquisição do edifício, que eliminará a grande barreira arquitetónica que obriga os associados a subir uma escadaria íngreme para aceder à instituição e que, para além dos espaços administrativos e de atividades como a Universidade Sénior, reunirá um conjunto de serviços na área da saúde e do bem-estar.

A "nova" sede, que encherá de orgulho a Associação, disponibilizará, por exemplo, espaços de produtos ortopédicos e de saúde, imagiologia clínica, incluindo uma área de consulta de atendimento urgente, exercício clínico, tratamento "termal" (SPA e hidroterapia), assim como tratamento estético e uma cantina.

BENEFICÊNCIA FAMILIAR



ASMAB constrói casa abrigo para vítimas de violência doméstica

O núcleo de atendimento e às vítimas de violência doméstica é uma resposta dinamizada pela Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança (ASMAB) que, procurando reforçar a sua capacidade no acolhimento de longa duração, avançou para a construção de uma casa abrigo. Com este investimento, na ordem de um milhão de euros, a

ASMAB disponibilizará 30 vagas para acolher vítimas de violência doméstica por períodos de seis meses a um ano.

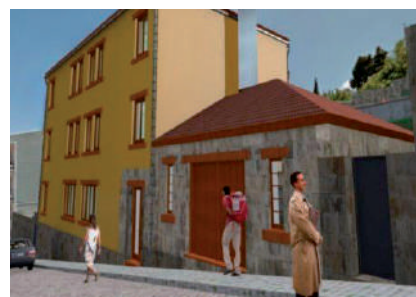
Esta estrutura integrará a rede pública de casas abrigos, que representam um total de 600 vagas em todo o país, na sua maioria, destinadas a mulheres e crianças.

Mutualista Covilhanense projeta requalificação da sede e conclusão do hostel social

Cerca de 1,3 milhões de euros é o investimento previsto pela Mutualista Covilhanense nas obras de infraestrutura e requalificação do edifício da sua sede.

Para esse efeito, está a apresentar uma candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0), prevendo-se intervenções nas partes internas e externas da edificação que acolhe a Estrutura Residencial Para Idosos.

HOSTEL SOCIAL



O plano de investimentos da instituição prevê ainda a conclusão, em 2021, das obras da Casa de Acolhimento Especializada/Hostel Social, com 14 quartos e 38 camas, orçadas em cerca de 750 mil euros.



Espaço Saúde em Rio Tinto



Celebração da escritura na nova sede da AMUT



Inauguração do espaço administrativo



Sede d'A Familiar de Espinho

400 mil euros tornaram Espaço Saúde uma realidade em Rio Tinto

A Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Peras de Rio Tinto investiu 400 mil euros na construção do seu novo Espaço Saúde, num terreno contíguo à sua sede, anteriormente adquirido.

O novo espaço foi inaugurado a 10 de maio de 2019, pelo Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, Marco Martins, e veio melhorar significativamente as condições de prestação de cuidados de saúde aos seus 42 mil associados.

Com as novas instalações, que disponibilizam consultórios médicos e de enfermagem, a Associação alargou o leque das respostas na área da saúde, introduzindo, por exemplo, a especialidade de estomatologia.

Familiar de Espinho apresenta projeto de ampliação da clínica social

O ciclo de investimentos d'A Familiar de Espinho vai prosseguir em 2021, com a ampliação das suas instalações, que permitirão aumentar a capacidade de resposta da sua clínica mutualista, nomeadamente através de mais especialidades médicas. Os dois investimentos anteriores, na farmácia social e na clínica, foram passos importantes no crescimento da Associação nos últimos anos, tornando inevitável a expansão da sua atividade. Com o apoio da Câmara Municipal de Espinho na elaboração do projeto de intervenção, A Familiar de Espinho ampliará o 1.º andar do seu edifício, criando novos espaços para consultórios, de forma a dinamizar

mais especialidades e para a área clínica de reabilitação física. As obras deverão ficar concluídas ainda em 2020.

AMUT perspectiva requalificação da sede

A AMUT – Associação Mutualista de Gondomar celebrou no final de março de 2019 a escritura do imóvel destinado à sua sede, para onde estão projetadas, segundo a instituição, “novas respostas sociais para melhorar a qualidade de vida” dos seus associados, dos seus familiares e de toda a comunidade gondomarense. O Programa de Ação do Conselho de Administração da AMUT para 2021 estabelece a reabilitação da sede como um dos seus objetivos estratégicos.

ASM Moreira da Maia cria novo espaço administrativo

A inauguração das obras de requalificação do primeiro piso do seu edifício sede foi o ponto alto das comemorações do 122.º Aniversário da Associação Mutualista de Moreira da Maia. O investimento da Associação na remodelação deste espaço permitiu a deslocação dos serviços administrativos e da sua sala de sessões que se encontravam no 1.º andar do edifício e que implicava a subida de uma escadaria que dificultava o acesso a pessoas de mobilidade reduzida. Com mais de 11 mil associados, a instituição disponibiliza serviços de clínica geral, fisioterapia, medicina dentária, oftalmologia e outras especialidades, no âmbito do protocolo com a Liga das Associações Mutualistas do Porto, subsídio de funeral, apoio jurídico a acesso a uma rede de bens e serviços protocolados com diferentes entidades.

Cinco projetos da Mutualista Covilhanense distinguidos em 2020



O Mutualista Covilhanense fechou o ano de 2020 com cinco prémios nacionais arrecadados que distinguiram outros tantos projetos dinamizados pela associação, alguns dos quais relacionados com a sua atuação no âmbito do combate à pandemia.

Prémio Manuel António da Mota – A edição de 2020 denominada “Portugal Vence a Covid-19” distinguiu, com o 3.º lugar, entre mais de 220 candidaturas de instituições nacio-

nais o projeto “Vida + em Meio Rural”. O objetivo deste projeto de mitigação da crise pandémica é reforçar a atuação da Mutualista Covilhanense nas freguesias rurais do concelho da Covilhã, através da prestação de cuidados ao domicílio com enfoque nas áreas da saúde e psicossocial. Cerca de mil cidadãos seniores, isolados, dão forma ao público-alvo desta iniciativa que terá uma duração de 12 meses.

BPI “la Caixa Seniores 2020” – Pela terceira vez em cinco anos, a Mutualista Covilhanense alcança esta distinção, agora com o projeto “Vida + ao Domicílio”, que consiste na prestação de serviços domiciliários integrados na cidade da Covilhã, beneficiando a qualidade de vida e o envelhecimento ativo de pessoas com mais de 65 anos.

A executar até dezembro de 2021, o projeto “Vida + ao Domicílio” inclui as iniciativas “Saúde ao Domicílio”, com serviços nas áreas da saúde em casa dos beneficiários, “Oficina de Atividades Itinerante – Envelhecer Mais ativo e participativo”, assente na área da animação sociocultural, “Serviços Psicológicos ao Domicílio”, “Farmácia de Proximidade”, com acompanhamento farmacêutico, e “Tecnologia ao Domicílio”.

Caixa Social 2021 – A Caixa Geral de Depósitos atribuiu um apoio ao projeto “Cuidados de Proximidade – Saúde +”, da Mutualista Covi-

lhanense, destinado a combater e minimizar os impactos da Covid-19. Engloba um Gabinete Itinerante de Prevenção e Combate à doença, a realização de testes laboratoriais ao novo coronavírus e a testagem e instalação em casa de seniores de uma tecnologia capaz de monitorizar à distância parâmetros de saúde, como a temperatura ou a frequência cardíaca, e o próprio ambiente domiciliário (temperatura, gás, etc).

Trata-se de um sistema que está a ser desenvolvido por um grupo de investigação do Departamento de Informática da Universidade da Beira Interior, o NetGNA (Next Generation Networks Applications).

Mais Ajuda Lidl - A Mutualista Covilhanense foi uma das seis entidades vencedoras da edição de 2020 do “Programa Mais Ajuda”, através do qual o Lidl apoia anualmente projetos de inovação social de IPSS e de startups, em parceria com as rádios Renascença, RFM e Mega-Hits e ain-

da com a Beta-i. O projeto chama-se “Mutualista com as Crianças nas Aldeias” e é uma reedição de um programa de saúde infantil que executou há uns anos, mas agora com mais uma vertente associada, a da educação ambiental, a dinamizar com recurso a um videojogo 3D, e é direcionado para as freguesias rurais do concelho.

Gulbenkian Cuida – Distinguiu o projeto “Cuida com Amor – Protege com Afeto” que a Mutualista Covilhanense desenvolveu entre maio e dezembro de 2020 junto da população idosa da Covilhã.

A realização de videoconsultas médicas, a criação de uma linha de contacto direta para apoio psicossocial, a prestação de cuidados de saúde ao domicílio ou a constituição de uma bolsa de voluntariado para auxiliar os seniores em tarefas do dia-a-dia foram algumas das medidas contempladas neste projeto de âmbito concelhio.

A Mutualidade de Santa Maria cria Centro Qualifica

A Mutualidade de Santa Maria dinamiza desde junho 2020 um Centro Qualifica, com sede nas suas instalações em Esmoriz, em resultado de uma candidatura aprovada pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional e pelo Programa Operacional Capital Humano. Com vasta experiência na área da formação profissional e da capacitação para a inclusão, A Mutualidade de Santa Maria acrescenta ao seu portfólio o primeiro Centro Qualifica a funcionar numa Associação Mutualista, abrangendo toda o território dos municípios de Ovar e Murtosa.

O Centro Qualifica desenvolve processos de RVCC Escolar, RVCC Profissional nas áreas de serviço de apoio a crianças e jovens, trabalho social e orientação, indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couros, segurança e higiene no trabalho, hotelaria e restauração, secretariado e trabalho administrativo, comércio, gestão e administração, e enquadramento na organização/empresa.



Benaventense lança novos serviços



A pandemia Covid-19 gerou novas necessidades e, a exemplo da capacidade de adaptação que a generalidade das associações mutualistas tem evidenciado nestes tempos, a Associação de Socorros Mútuos Benaventense lançou em setembro de 2020 dois novos serviços que procuram dar

resposta aos seus associados e à população da sua área de intervenção.

Passou a assegurar o serviço de recolha de lista de compras e entrega ao domicílio e o serviço de organização de medicamentos e agenda de consultas médicas.

A Previdência Portuguesa cria centro de explicações

As mutualidades portuguesas continuam o seu esforço por se aproximarem dos mais jovens, de forma a assegurarem o rejuvenescimento do Movimento Mutualista.

tamento escolar, ou da criação de novos serviços. A Previdência Portuguesa abriu em março de 2019 um centro de explicações dirigido aos seus associados e à comunidade.

A Educação é uma das vias pela qual tentam atrair os mais novos para a sua esfera, seja através de bolsas de mérito, como as que A Beneficência Familiar do Porto ou a AMUT – Gondomar têm atribuído aos estudantes/associados com melhor aproveitamento.

Esta nova valência, dinamizada por profissionais licenciados e credenciados e com experiência comprovada, disponibiliza apoio continuado em Matemática, Português, Biologia e Geologia a alunos do 2.º e 3.º Ciclos e do ensino secundário.

ASM São Mamede de Infesta acolhe centro de apoio ao estudo

Para além do reforço da resposta na área da saúde, a Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta tem estado atenta às necessidades da comunidade em que se insere. O terceiro piso do seu edifício acolhe desde o início do ano letivo 2020/2021

um centro de apoio ao estudo e de explicações do 1.º ao 12.º ano de escolaridade. O centro “Dinâmicas Diversas” propõe-se desenvolver várias atividades e proporciona preços mais reduzidos aos filhos dos associados da instituição.

ASM de Valongo dinamiza apoio domiciliário especializado

A Associação de Socorros Mútuos e Fúnebres de Valongo reajustou as suas respostas à nova realidade com que a pandemia Covid-19 nos confrontou e lançou um serviço de apoio domiciliário especializado. Direccionado para quem tem idade igual ou superior a 65 anos e vive sozinho, esta valência consiste no fornecimento de refeições, cuidados de higiene e de imagem, apoio à toma de medicamentos, hie-

ne na habitação e da roupa, atividades de animação, socialização e ocupação, psicologia e fisioterapia. O objetivo é assegurar a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e familiares, contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar e, contribuir para a permanência dos utentes no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a lares.



ASM Freamundense leva mutualismo à escola

Divulgar o mutualismo e os serviços da instituição foi o objetivo de uma ação desenvolvida pela Associação de Socorros Mútuos Freamundense na Escola Secundária de Freamunde. A Presidente da Direção, Armanda Fernandez, destacou o papel da instituição e das suas práticas mutualistas junto dos alunos de uma turma do 12.º Ano de Ciências e Tecnologia.

Liga do Porto assegura apoio à Feira do Livro

A Liga das Associações Mutualistas do Porto voltou a marcar presença na última edição da Feira do Livro do Porto, que anualmente decorre nos jardins do Palácio de Cristal, na cidade invicta.

As associações mutualistas que a integram asseguram o funcionamento do posto de primeiros socorros de apoio ao evento. Para além de promoverem a divulgação dos serviços de saúde e das respostas mutualistas

que prosseguem, realizam rastreios de Glicémia, Tensão Arterial, Temperatura, Colesterol e Triglicéridos aos visitantes deste certame organizado pelo Município do Porto.

Centro de recursos de ajudas técnicas nasce em Gondomar

Por ocasião da celebração do seu 20.º aniversário a AMUT – Associação Mutualista de Gondomar procedeu ao lançamento de um centro de recursos e ajudas técnicas, destinado a apoiar aqueles que se encontram em situação de incapacidade física temporária ou permanente.

Este serviço social da AMUT resulta da necessidade de dar resposta aos seus associados que solicitam apoio no acesso a cadeiras de rodas, camas articuladas e outros produtos de apoio que auxiliem a sua mobilidade, melhorando a autonomia dos utentes e dos cuidados prestados pelos cuidadores.

Projeto MIND previne declínio cognitivo no Porto

A Beneficência Familiar, que dinamiza uma universidade sénior mutualista, foi uma das entidades parceiras do projeto MIND, que recebeu uma distinção de mérito pela Sociedade Portuguesa do AVC. Coordenado pelo Agrupamento de Centros de Saúde Porto Ocidental e concretizado pela Universidade do Porto, o projeto consiste na implementação de intervenções não-farmacológicas na prevenção do declínio cognitivo. Contemplava sessões de treino cognitivo, exercício físico, promoção de alimentação saudável, avaliação auditiva e adaptação à perda de memória, pelo ensino aos utentes de estratégias para lidarem com a perda de memória e outras funções cerebrais. As intervenções com os utentes da zona do Porto Ocidental envolveram as unidades de cuidados na comunidade Cuidar e da Boavista e A Beneficência Familiar, que participou com duas turmas.

A Quinta dos Apóstolos deu uma nova alma ao Legado do Caixeiro Alentejano

O Legado do Caixeiro Alentejano nasceu há 94 anos para dar resposta às preocupações, em termos de proteção social, dos proprietários, empregados de escritório e de balcão do comércio e indústria de Évora. O impulso de José Maria Correia, balconista, foi decisivo na constituição desta associação mutualista que, como tantas outras, se começou por dedicar à atribuição do subsídio de funeral, mas que evoluiu divergindo para outras áreas, neste caso, a dinamização de respostas sociais.

Nos anos 80, o Legado do Caixeiro Alentejano adquiriu a Quinta dos Apóstolos, a cerca de cinco quilómetros do centro histórico de Évora, onde começou por instalar as valências de apoio à infância e posteriormente de apoio aos idosos. Tudo na mesma quinta onde se produz para consumo próprio, e que tem vinha e olival e onde se cria um rebanho de 40 ovelhas. Na área da infância, a creche e jardim-de-infância dão resposta a 84 crianças, mas é na área da terceira idade, que se foca mais a atenção, acolhendo 32 idosos no lar, seis no centro de dia, e prestando serviço de apoio domiciliário a 40 utentes.

O Legado do Caixeiro Alentejano, que emprega 45 trabalhadores, dinamiza ainda uma cantina social que fornece refeições a 18 pessoas, ao abrigo de um programa de emergência alimentar, e possui residências para estudantes deslocados distribuídas por dois andares no centro de Évora. “É na área do apoio a idosos que nos centramos mais. Temos o lar residencial, que é a nossa resposta social mais forte, mais procurada e mais conhecida na cidade”, afirma Vítor Godinho, Presidente da Direção da instituição.

O lar, que ocupa uma parte dos cerca de 12 hectares da Quinta dos Apóstolos é inteiramente privado e, fundamentalmente dirigido aos associados, o que não quer dizer que só acolha os associados.

“Não sendo subsidiado, ao querermos um lar equiparado à residência das pessoas ou a um hotel, temos que proporcionar um serviço de excelência e isso obriga-nos a praticar valores, de certo modo, elevados para a maioria dos nossos associados”, explica o dirigente.

Associação adquiriu, nos anos 80, quinta com 12 hectares, onde instalou as respostas à infância e aos idosos e onde se produz para consumo próprio, onde há vinha e olival e um rebanho de 40 ovelhas.

“Somos uma instituição de referência em Évora”

Os tempos de incerteza que atravessamos não aconselham aventuras. Consolidar as respostas que atualmente dinamiza, sobretudo as dirigidas à infância e aos idosos, é a maior preocupação, no imediato, do Legado do Caixeiro Alentejano – Associação Mutualista. Os Estatutos foram alterados no sentido de permitir prosseguir, também, atividades na área da saúde, tendo em conta as lacunas e fragilidades do Serviço Nacional de Saúde. Em entrevista, Vítor Godinho, Presidente da Direção da instituição, assume que esse é um dos desafios que se apresentará no futuro.

O percurso de 94 anos faz do Legado do Caixeiro Alentejano uma referência em Évora. A face da instituição mudou, nos anos 80 do século passado, com a dinamização de respostas sociais e a aquisição da Quinta dos Apóstolos?

Mudou porque a resposta social naquela área rural, que é a quinta, iniciava-se com a infância, só que foi decrescendo de importância, porque a maior parte dos nossos associados são pessoas já com alguma idade, que na altura tinham os filhos na



creche e que agora procuram o lar. É curioso já haver netos na creche.

Centrado na infância e os idosos, o Legado do Caixeiro procura distinguir-se pela qualidade e humanismo das suas respostas...

O nosso primeiro foco foi a qualidade, que se manifesta nas instalações, no tratamento, na alimentação, particularmente nas respostas dirigidas aos idosos. Na parte infantil, infelizmente, e por razões puramente económicas, não tem havido uma evolução que espelhe, em termos de instalações e equipamento, aquilo que nós queremos, mas os custos são incombíveis e o rendimento da área infantil é muito reduzido, embora seja subsidiada pela Segurança Social.

Assistimos a um decréscimo muito grande do número de crianças na creche e no jardim de infância, que

coincide com o surgimento, nesta área geográfica, de três ou quatro estabelecimentos públicos. Uma das tónicas do trabalho do Legado do Caixeiro Alentejano nas respostas sociais é o desenvolvimento de atividades intergeracionais. Os idosos e as crianças têm muito a aprender entre si?

É uma das nossas mais-valias. Nós temos atividades em que os meninos atravessam a quinta, porque os edifícios da infância e do lar estão separados apenas por uma rua de 100 metros, e lancham com os idosos e cantam uma cantiga, os idosos contam histórias e, depois, regressam para o seu edifício. Os idosos com mobilidade passeiam até ao edifício dos meninos, assistem às brincadeiras. Privilegiamos esta relação intergeracional, que não sendo diária, nem programada, acontece muitas vezes e desde que as condições meteorológicas sejam favoráveis.

“Se pudéssemos alargar o lar, teríamos uma procura imensa”

O envelhecimento da população vai levantar muitos e novos desafios às instituições e à sociedade. Os dirigentes e técnicos do Legado do Caixeiro Alentejano têm refletido sobre isso?

O envelhecimento da população é um tema que nos confronta no dia-a-dia e temos que pensar nele.

Grande parte dos nossos associados são idosos e são aqueles que nos questionam quase diariamente sobre as condições que temos para poderem vir para o lar.

Não temos capacidade para dar uma resposta mais ampla, porque o dinheiro não abunda e não nos permite corresponder. Temos 32 camas

que estão permanentemente ocupadas, se pudéssemos alargar o lar, teríamos uma procura imensa.

Não conseguimos dar a resposta que queríamos, que era maioritariamente aos nossos associados.

Todos os utentes do lar são associados, só que 90 por cento deles só o são quando lá entram e o nosso objetivo não era esse.

Queríamos acolher 100 por cento de associados nessa condição há mais tempo, mas não conseguimos, porque não nos é possível praticar preços mais baixos, mantendo a qualidade, e porque eles não têm capacidade financeira.

“A cantina social continua a fazer sentido”

Já foram 40. Agora, são 18 os eborense que recorrem à cantina social do Legado do Caixeiro Alentejano, ao abrigo do programa de emergência alimentar e do acordo celebrado com a Segurança Social. Na prática, a associação serve cerca de 30.

Começou a funcionar durante a crise financeira ainda bem presente na memória de muitos portugueses e, na opinião de Vítor Godinho, continua a fazer sentido manter esta resposta. Outras pessoas igualmente vulneráveis são apoiadas através de géneros alimentícios não confeccionados, uma alternativa com a qual o dirigente concorda, porque “não podem habituar-se a que tudo caia do céu”, mas entende que deveria ter havido uma sensibilização prévia dessas pessoas, porque “muitas delas são idosas que se desabilitaram de cozinhar, outras que não têm condições para o fazer nas suas casas e, muito provavelmente, acabam por vender esses produtos”.



Lar do Legado do Caixeiro Alentejano

“Teremos que criar respostas na área da saúde para os nossos associados”.

Sente que a atividade e o papel do Legado do Caixeiro são reconhecidos pela população e pelas forças vivas de Évora?

São, sobretudo pelas forças vivas. Temos um bom relacionamento com a Segurança Social e com a Câmara Municipal. Junto da população, o Legado do Caixeiro era a imagem do apoio à terceira idade e aí temos vindo a perder um pouco, pela falta de respostas, sobretudo para os associados. O Legado do Caixeiro era conhecido como um lar para a terceira idade, mas à medida que as pessoas nos procuravam e foram vendo que não temos capacidade para mais, porque estamos lotados, tornou a nossa imagem não tão positiva, mas isto não quer dizer que não tenhamos uma boa imagem na população. O Legado do Caixeiro Alentejano é uma instituição de referência na cidade.

Na atual conjuntura, o desafio é consolidar as suas atuais respostas e atividades?

Exatamente, o nosso desafio é manter toda esta máquina em funcionamento, porque o que está feito está bem feito e há que manter. Não temos grandes sonhos, porque corremos o risco de estragar o que está feito. Com alguma mágoa, tenho



que concordar com um colega Presidente de uma Associação Mutualista, que, na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, na Mealhada, disse que a maioria das instituições tem como grande projeto a manutenção. O Legado do Caixeiro encaixa-se nesse leque, todo o esforço que está a fazer é manter tudo o que se conseguiu e não deixar cair aquilo que nos foi legado.

Quais são principais desafios do Movimento Mutualista para este futuro mais próximo?

Os desafios são muitos e não serão muito fáceis de alcançar, sobretudo nesta nossa área, que é a que conheço melhor. Falando do nosso caso concreto, O grande desafio que temos é apoiar, por um lado, a juventude e, por outro, a terceira idade, sobretudo quem nos procura mais, que é a terceira idade. Muitos associados procuram o que temos que os possa ajudar a ultrapassar as lacunas e os problemas do Serviço Nacional de Saúde. Teremos que criar respostas na área da saúde para os nossos associados.

A mutualidade dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Luís Cristina

Presidente
da Direção
MUDIP
Associação
Mutualista
Diplomática
Portuguesa



A MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa, enquanto Associação Mutualista, foi criada em junho de 1993, por iniciativa do já falecido Embaixador António de Menezes Cordeiro, seu primeiro Presidente, com o encorajamento e apoio ativo do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

A sua atividade principal é a concessão de benefícios de saúde aos seus associados, funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros per-

tencentes ao Quadro I, colocados nos serviços internos ou externos, bem como os seus familiares..

A MUDIP é a associação mutualista dos diplomatas e dos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, atuando na concessão de benefícios de saúde aos seus mais de 1.500 associados e beneficiários. Nesta entrevista, o Presidente da Direção da Associação Mutualista Diplomática Portuguesa, embaixador Luís Cristina, sublinha que o Mu-

tualismo é reconhecidamente uma “força motriz de qualquer sociedade que queira avançar no progresso e desenvolvimento, rejeitando conceitos perversos de crescimento pelo crescimento”. Considerando que a pandemia trouxe para a ribalta a “incontornabilidade de uma economia social forte e acarinhada pelos poderes públicos”, sublinha a esperança de que “também a União Europeia seja sensível às necessidades da economia social nesta situação de profunda crise”.



MUDIP

A MUDIP é uma associação mutualista com um público-alvo muito específico que são os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Qual é o universo dos seus Associados?

Estatutariamente, podem ser associados da MUDIP todos os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e não apenas os diplomatas. De facto, este nome, MUDIP – Associação Mutualista Diplomática, foi o inicialmente pensado, tendo-se mantido até hoje, sem quaisquer polémicas. A grande maioria dos nossos associados são os funcionários de salários mais modestos.

Presentemente, a MUDIP tem 1.000 associados e 527 familiares, abrangendo um universo de 1.527 beneficiários. Estes números representam mais de 61 por cento dos funcionários do Ministério.

A MUDIP tem como objetivo central a concessão de benefícios de saúde aos seus associados. De que benefícios estamos a falar?

A MUDIP é um subsistema de saúde,

estatutariamente complementar da ADSE. Todas as valências compartilhadas por esta entidade, são também compartilhadas pela MUDIP, em montantes que vão até aos 75 por cento do remanescente da participação da MUDIP.

No âmbito da sua atuação, a MUDIP procura também estabelecer protocolos com entidades prestadoras de cuidados de saúde, proporcionando aos seus associados acesso em condições vantajosas a cuidados de saúde?

São os seguintes os protocolos em vigor, por ordem de antiguidade: Grupo José de Mello Saúde: Hospitais CUF Infante Santo, CUF Descobertas e IMC Cascais, bem como as Clínicas CUF Belém e CUF Alvalade; Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (MF); APDP – Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal; Clínica de S. Cristóvão – Associação de Socorros Mútuos dos Empregados de Comércio de Lisboa.

Cumpra realçar o relacionamento muito positivo entre a MUDIP e estas entidades.

Podem ser associados da MUDIP todos os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e não apenas os diplomatas.

“Gostaríamos de melhorar a oferta nas áreas dos cuidados continuados e paliativos”

Um fator crítico da maioria das organizações da Economia Social é a sua sustentabilidade. A MUDIP é económica e financeiramente sustentável?

A MUDIP tem as contas bem equilibradas e não tem dívidas, fruto do trabalho e confiança mútua de todos que a integram – beneficiários, corpos gerentes e seus funcionários – para além do valioso apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Quais são os principais desafios que a MUDIP tem pela frente?

Acima de tudo, continuar a servir, o melhor possível, os seus beneficiários (associados e familiares), honrando, rigorosamente, os universais princípios fundadores do Mutualismo e aumentando, sempre que possível, a nossa oferta: seja o montante das participações, seja a extensão dos protocolos a outras entidades do sector da Saúde.

A curto prazo, gostaríamos de melhorar a oferta nas áreas dos cuidados continuados e paliativos. Conta-

mos também com a ajuda da UMP para concretização deste projeto.

Num quadro em que os sistemas de segurança social vão dando alguns sinais de fragilidade, há quem admita que o mutualismo, que tem na sua base os princípios da corresponsabilidade e reciprocidade, poderá constituir um modelo de proteção social que responda às necessidades da sociedade em diferentes pontos do mundo?

O Mutualismo é, desde há muito, reconhecido globalmente por grande parte dos poderes públicos e opinião pública, como força motriz de qualquer sociedade que queira avançar no progresso e desenvolvimento, rejeitando conceitos perversos de crescimento pelo crescimento.

Há, pois, que continuar a divulgar, persistentemente, as suas enormes potencialidades e benefícios, recorrendo-nos dos media nacionais e locais - Rádio, TV, Imprensa escrita. Neste contexto, valerá assinalar a atividade que a UMP vem também

exercendo, junto de outros parceiros sociais.

Enquanto mutualista e, atendendo ao conhecimento privilegiado que tem do mundo, por força da sua atividade, enquanto embaixador, como avalia a adesão da União das Mutualidades Portuguesas à União Mundial das Mutualidades (UMM) e que expectativas alimenta relativamente ao papel desta nova organização internacional?

Colocando-se no pelotão da frente dos aderentes à UMM e assumindo a respetiva Vice-Presidência, a UMP reforça a sua já relevante posição no seio do Mutualismo português e, simultaneamente, a sua capacidade de intervenção internacional. É de prever que, no futuro próximo, a UMM se vá afirmando, cada vez mais, no contexto mundial. E, no desenvolvimento dos seus projetos de cooperação internacional com os PALOP, certamente que a UMP poderá também beneficiar da projeção e prestígio resultantes da sua atual posição dentro da UMM.



No quadro da União Mundial das Mutualidades, a UMP tem a missão de representar e sobretudo congregar e expandir o Movimento Mutualista na Europa. Crê que a crise financeira que vivemos muito recentemente e a que inevitavelmente resultará da pandemia COVID-19 acabarão por reforçar o papel relevante da Economia Social na coesão social no espaço europeu e acelerará o reconhecimento da transversalidade da Economia Social, e particularmente do modelo mutualista, nas políticas de desenvolvimento socioeconómico da União Europeia?

É evidente que esta pandemia trouxe para a ribalta a incontornabilidade de uma economia social forte e acarinhada pelos poderes públicos. Todos os dias, os media e em especial a TV, nos provam que assim é. Obviamente que o Mutualismo português não pode ficar indiferente a esta onda de solidariedade. Esperemos que também a União Europeia seja sensível às necessidades da economia social nesta situação de profunda crise e que, internamente, os parceiros sociais de referência apoiem decididamente os agentes Mutualistas, para eles canalizando parte significativa dos dinheiros europeus que irão entrar.

“A UMP pode (e deve) continuar a consolidar o seu papel único junto dos PALOP”

O espaço lusófono é um dos pilares da política externa portuguesa. A UMP tem vindo a estabelecer e a fortalecer laços com a CPLP, nomeadamente com São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, no sentido de promover mecanismos de cooperação para o desenvolvimento social e económico destes países, em áreas como a saúde e a proteção social. Na sua perspetiva, o modelo mutualista, necessariamente moldado à realidade muito específica destes países, terá virtualidades para se transformar num instrumento de desenvolvimento nestes territórios?

Começo pela afirmação incluída na pergunta: “... modelo mutualista necessariamente moldado à realidade

muito específica destes países...”, a qual subscrevo plenamente. Neste contexto, a UMP pode - e deve - continuar a consolidar o seu papel único junto dos PALOP, disponibilizando o capital de saber e experiência feito, de que pode justamente orgulhar-se.

Para além dos países com os quais já estabeleceu laços formais e fraternais de cooperação – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde – espero que, a curto prazo, esteja em condições de avançar para Angola e Moçambique.

Da parte da MUDIP, pode a UMP contar sempre com uma colaboração empenhada, no sentido de ajudar a levar a bom porto os seus projetos de cooperação internacional.

A associação mutualista que nasceu no seio de um grupo empresarial

A Associação Mutualista da Auto-Sueco, Lda é a única mutualidade portuguesa a ter origem num grupo empresarial. Os seus associados são colaboradores de várias empresas do Grupo Nors, do setor da mobilidade.



Começou por ser um Fundo Social no seio do Grupo Auto-Sueco, um dos gigantes do setor da mobilidade, presente em 23 países de quatro continentes. Reunia os seus colaboradores, tinha uma direção que organizava atividades e os apoios de que eles pudessem beneficiar, nas áreas da saúde, social e recreativa. A gerência da empresa estava no topo da hierarquia.

Em 2002, com o objetivo de adequar a organização à legislação, foi funda-

da a Associação Mutualista da Auto-Sueco, Lda, pelas mãos de Arlindo Fernando da Silva Pereira (gerente da empresa), José Emanuel de Sousa Barbosa da Frada (Chefe de Divisão da Assessoria Jurídica da empresa) e Joaquim Teixeira, atual Presidente da Associação. Atualmente, dirige a sua atividade para as áreas social e da saúde, tendo abandonado a vertente recreativa.

A Associação passou a abranger várias empresas do Grupo Nors, alar-

gando, deste modo, o número de Associados. A administração da Nors (antiga Auto-Sueco) mantém uma relação de proximidade. Joaquim Teixeira está a fazer o seu primeiro mandato como Presidente da Direção da Associação. Consolidar a atividade no apoio social e na saúde aos associados é o foco. Na mira, estão, também, mais protocolos com entidades relacionadas com a sua atividade, novas áreas de comparticipação ou, pelo menos, o alargamento das comparticipações.

A Associação Mutualista da Auto-Sueco, Lda é uma mutualidade, relativamente jovem, cujo universo se situa exclusivamente nos colaboradores da empresa. Tem sido uma experiência que tem correspondido às expectativas dos Associados?

Esta Associação como existe atualmente, está a corresponder às expectativas dos Associados e seus familiares mais diretos - cônjuges, filhos, e mesmo outros parentes que façam parte do agregado familiar -, dado que, não temos tido reclamações sobre a nossa atividade, sendo que atualmente somos 863 associados.

De salientar que, ao longo dos anos de existência desta Associação, muito raros foram os casos de desistência dos Associados por motivos que não fossem a rescisão de contrato, ou motivos de reforma. Para além disso, os próprios Associados são uma parte bastante importante na promoção e angariação de novos associados juntos dos colegas de trabalho e dos contratados. Daí pensar, legitimamente, que todas as Direções que me antecederam e a atual têm correspondido às expectativas dos Associados

O facto de os Associados perderem essa qualidade no dia em que deixam de trabalhar na Auto-Sueco constitui um óbice ao crescimento da Associação Mutualista enquanto tal?

O interesse na constituição desta Associação sempre foi a de ter uma abrangência limitada aos colaboradores do Grupo de empresas que

compõem o Grupo NORS, anteriormente denominado Grupo Auto-Sueco.

É verdade que o facto de os Associados perderem essa qualidade quando saem das empresas cria um pequeno obstáculo ao crescimento da Associação, mas como tudo na vida, saem uns, mas entram outros, e o número tem-se mantido estável, nunca tendo sido obstáculo da angariação de novos associados o facto desta ligação com a Associação terminar com a saída dos colaboradores das empresas do Grupo Nors. Para além do mais, o objetivo desta Associação não é ser uma entidade de grande dimensão, mas sim uma entidade que responda às necessidades dos seus associados e familiares financeiramente e não só, concedendo-lhes participações nas suas despesas de saúde, bem como, fornecendo alguma ajuda em material ortopédico que é de propriedade desta.

A participação de despesas de saúde é um dos principais benefícios que a Associação concede aos seus Associados e familiares?

“A participação de despesas de saúde é um dos principais benefícios”

A participação de despesas de saúde é realmente um dos principais benefícios. A Associação participa serviços de toda a espécie de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, assistência medicamentosa, esmatologia e odontologia, radiologia, análises e tratamentos, oftalmologia, material ortopédico e similares, internamentos e transporte de ambulâncias. Mas em termos sociais, também se participa em subsídios de estudo, nascimentos e casamento.

Estas participações têm valores limite estabelecidos no Regulamento de Benefícios, sendo que os colaboradores e seus filhos recebem até 100% desses limites e os seus conjugues ou pessoas análogas recebem 50% desses mesmos limites. Uma particularidade que achamos bastante interessante é que, mesmo que os colaboradores tenham seguros estabelecidos que cubram, igualmente despesas de saúde e outras da mesma abrangência de participação desta Associação, esta cobre o valor nos limites do Regulamento, do valor não coberto por essas mesmas participações das Seguradoras.



Outro dos benefícios proporcionados aos Associados é o acesso em condições vantajosas a uma rede de prestadores de serviços de saúde em todo o país que a Associação procura reforçar a cada momento, através de acordos e protocolos?

Ao longo destes anos de atividade, a Associação tem vindo a estabelecer protocolos com diversas entidades que possam dar vantagem aos nossos Associados, tais como farmácias, oculistas, clínicas de análises, massagens e outras entidades....

A Associação Mutualista tem agregada a si, também, a prestação de serviços de consulta médica interna, por intermédio de um médico com enorme experiência em medicina curativa, que acompanha os Associados que pretendem ser seguidos por ele e que muitos já o são há bastantes anos.

Estamos sempre abertos a cooperar com diversas entidades, desde que traga o bem-estar aos nossos Associados e que não venha acarretar despesa acrescida para a Associação, pois como já referi temos de controlar com grande rigor as nossas despesas.

A atual Direção da Associação está em funções não há muito tempo. Quais são as linhas essenciais definidas para o mandato destes Órgãos Associativos?

A atual Direção foi eleita neste mandato para substituição da Presidente a qual saiu do Grupo e tentou-se manter o mesmo rumo que era seguido há já alguns mandatos. Assim, readaptamos rapidamente os Órgãos Sociais para que os nossos Associados não perdessem as suas regalias e não sentissem qualquer fragilidade na prestação dos nossos serviços, o que foi perfeitamen-

te conseguido, graças ao contributo sempre ativo de todos os elementos que compõem os Órgãos desta Associação e da nossa única colaboradora que tem uma prestação exemplar. Temos em vista, mediante as nossas possibilidades financeiras, alargar o mais possível o número de protocolos com entidades que tenham interesse para a atividade da Associação, a criação de novas áreas de comparticipação ou pelo menos de alargar as comparticipações, bem como, uma intervenção mais ativa junto dos Associados para nos inteirarmos das suas necessidades, sempre com a sua aceitação, como não podia deixar de ser.

Em relação ao futuro, a perspectiva é consolidar o trabalho que vem sendo desenvolvido, ou está nos horizontes abrir novas portas e proporcionar outros benefícios aos Associados?

A vontade seria abrir novos horizontes, mas para isso seria necessário haver um reajustamento financeiro da Associação, como por exemplo, o aumento de donativos, o aumento de quotizações dos Associados, ou mesmo maior comparticipação das Associadas Beneméritas. No entanto, como tal se avizinha de difícil concretização, principalmente nesta altura em que a pandemia existente nos trouxe grandes limitações neste âmbito, teremos de consolidar o trabalho que se está a levar a efeito, espreitando sempre uma oportunidade para alargar o círculo de intervenção desta Associação.

“Estaremos sempre disponíveis para ajudar na criação de outras Associações”

A Associação Mutualista da Auto Sueco Lda. é um exemplo da abrangência do Movimento Mutualista que se desenvolveu muito à imagem do subsídio de funeral, mas que se renovou, que presta cuidados de saúde, apoio social à infância e idosos, e que pode ser também uma boa alternativa para os colaboradores de organizações públicas e privadas de alguma dimensão?

Sim é verdade. No seu início – enquanto Fundo Social - um dos motivos que fez desenvolver o próprio Fundo era o acompanhamento e financiamento dos funerais que existiam por morte dos colaboradores da Auto-Sueco, alargando posteriormente, dadas as necessidades que se iam detetando de uma intervenção mais abrangente, até aos dias de hoje. E, por estranho que pareça quando foi criada a Associação e foi necessária a sua aprovação pela Segurança Social, ou seja do teor dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, foi-nos impedido manter o subsídio por morte. Ou seja, o que impulsionou esta Organização deixou de incorporar o âmbito de atuação da Associação.

É verdade que a nossa intervenção no apoio à infância e aos idosos, embora a façamos, gostaríamos de ter uma atuação mais ativa e abrangente, onde até já se pôs a hipótese de criar uma creche e prestar assistência a familiares idosos dos nossos colaboradores, mas teria de haver um enorme investimento, quer em instalações e recursos humanos e atualmente a As-

sociação não tem capacidade financeira para tal. Mas quem sabe um dia se possa tornar uma realidade. WNo que diz respeito a outras empresas de grande dimensão quer estas sejam públicas ou privadas, criarem uma entidade como a nossa, penso que seria ótimo. O problema que aqui se coloca é que, com a oferta das seguradoras e a necessidade de as empresas terem de investir neste tipo de Associações quer em espaço, financeiramente e mesmo em termos humanos, impede de alguma forma essa concretização. Da nossa parte estaremos sempre disponíveis para, caso hajam empresas interessadas num modelo como o nosso, ajudar no que for possível na criação de outras Associações do género.

Como avalia o atual momento do Movimento Mutualista em Portugal e como perspetiva a sua evolução nos próximos anos?

Do pouco tempo que tenho de presidência de uma Associação Mutualista, estou completamente rendido a todos aqueles que se dedicam ao Associativismo, onde se colocam ao serviço da comunidade para a ajudar nos problemas quotidianos que se lhes depara. Se é verdade que muitas Associações já têm por detrás

uma organização que lhes permite exercer a sua atividade de forma bastante sólida, outras há que só com muita dedicação e sacrifício se conseguem manter no movimento associativista. É evidente que os apoios por parte do Estado deveriam ser superiores, tendo em vista as necessidades das diversas Associações, nem que para isso, deva haver mais controlo, mas de uma coisa não tenho dúvidas, é do empenho das pessoas que compõem as diversas Associações espalhadas pelo País, em servir o seu próximo, com raríssimas exceções como sabem.

O futuro do Associativismo terá sempre um caminho espinhoso a seguir, mas dada a sua inserção sólida na sociedade atual, entendo que esta já não consegue viver sem ele, onde as ajudas e a sua comparticipação para a vida social, são imprescindíveis.

Da parte da Associação Mutualista da Auto-Sueco, endereço os meus agradecimentos e apoio que a União das Mutualidades Portuguesas nos têm prestado e que continue o seu caminho de apoio a todas as associações que dela fazem parte, não esquecendo todas as outras entidades associativistas, pois todo o serviço prestado neste âmbito é meritório.



Alfredo Sigliano
*Presidente do Comité Intercontinental
da União Mundial das Mutualidades*

União Mundial das Mutualidades e COVID-19

A União Mundial das Mutualidades nasceu como resposta à ausência de uma Organização que reúna e represente o mutualismo dos cinco continentes, com toda a amplitude e variedade de serviços que presta à comunidade.

A visão que inspirou sua criação enfrenta hoje a ameaça da COVID-19, uma pandemia virulenta que não distingue nacionalidade, etnia ou crença e tem afetado e afetará seriamente os seres humanos em todos os países do mundo.

Nunca como agora, o mutualismo global foi convocado a unir a sua experiência e as suas bases doutrinárias, num desafio único que lhe

permitirá demonstrar, de forma clara, o seu enorme e benéfico impacto nas comunidades em que opera, não havendo lugar geográfico onde, de uma forma ou de outra, os princípios da solidariedade da sua filosofia não se manifestem naturalmente entre os seus habitantes.

Esta incipiente união intercontinental, logo após a sua génese, enfrenta uma luta sem precedentes e, portanto, tem a oportunidade histórica de demonstrar a sua capacidade de gestão e o valor indiscutível das suas estruturas de atendimento, procurando articular com os governos uma ação que proporciona um trabalho de inclusão social e solidariedade.

Não sairá do âmbito dos fins da UMM, tornar visível ao sistema, o destaque que a manifestação ecuménica da sua inegável vocação para promover com o seu esforço, o bem-estar e a proteção dos mais vulneráveis, ajudando a mitigar os efeitos da pandemia, principalmente nas famílias que mais sofrem com esse infortúnio.

A dimensão do flagelo e as inevitáveis restrições ao normal funcionamento de todas as atividades, fizeram com que a agenda de trabalhos prevista fosse irremediavelmente violada. Assim, algumas ações de extrema importância foram adiadas, como a realização da segunda assembleia geral ordinária prevista para abril de 2020 em Buenos Aires, que pretendia con-



FOTO ARQUIVO

cluir a transferência da Sede da Organização para o edifício da ONU em Bruxelas (Bélgica), entre outras de natureza administrativa de menor relevância. Com certeza, todas essas medidas serão implementadas com prioridade absoluta logo que a emergência que nos afeta seja revertida.

No entanto, com total certeza podemos prever que haverá um pós-pandemia e, então, o desafio será adaptar-nos às profundas mudanças sociais e económicas que por ela nos serão deixadas. Transformações subs-

tanciais ocorrerão nos comportamentos pessoais e na interpretação da resposta que deve ser dada às tragédias que afetam toda a humanidade.

Certamente, o sentido de solidariedade que o sistema mutualista vem promovendo ancestralmente será fortalecido e o mundo perceberá o valor da economia social. Embora seja verdade que é difícil prever a duração desta crise sanitária e as suas deploráveis consequências, mesmo para os mais eminentes cientistas, sabemos que não podemos baixar os

braços e por isso, a UMM renova o seu compromisso em multiplicar esforços para tornar a passagem da pandemia mais curta e menos dolorosa.

Nestes tempos difíceis, o Comité Intercontinental expressa a sua solidariedade a todas as suas entidades na América, África e Oriente Médio e Europa, que hoje trabalham arduamente para proteger os mais vulneráveis e tomar medidas para mitigar os efeitos da pandemia. Principalmente com todas as famílias que sofrem a perda de seus entes queridos.

Nota Editorial

Este foi o último artigo redigido expressamente para o Movimento Mutualista Português por Alfredo Sigliano, Presidente da União Mundial das Mutualidades e figura incontornável da economia social e solidária Sul-Americana e mundial, que faleceu antes da publicação desta edição da revista MUT.

Ilustre Mutualista, Dirigente de invulgar capacidade empreendedora, deu asas e novos horizontes ao Movimento Mutualista, seja através da ODEMA e de outras organizações Sul Americanas que ajudou a criar e a desenvolver, seja no contexto da União Mundial das Mutualidades, de que era Presidente e Fundador.

A sua ação alicerçou-se sempre na força dos princípios e valores do Mutualismo e na sua convicção de que a cooperação é o caminho para uma sociedade mais justa e solidária.

O Movimento Mutualista internacional perdeu uma das suas referências principais.



Emídio Sousa
*Presidente da Câmara Municipal
de Santa Maria da Feira*

Mutualidades são essenciais para superar a crise

A rede social de Santa Maria da Feira é um instrumento essencial e prioritário na nossa estratégia autárquica. Como Presidente da Câmara empenhei-me profundamente na concretização dos Fóruns Sociais de Freguesia e no fortalecimento da rede social concelhia, que hoje engloba mais de 110 parceiros, e onde se inclui naturalmente a rede mutualista.

Para nós, o Terceiro Setor é fundamental e estratégico, quer pela empregabilidade, quer, sobretudo, pela coesão territorial e envolvimento da sociedade que potencia e concretiza.

Durante os meus mandatos à frente do Município de Santa Maria da Feira, temos desenvolvido uma polí-

tica de parceria com as IPSS, com a implementação de projetos sociais e culturais que abrangem todas as faixas etárias, das crianças aos mais idosos, através do desempenho notável dos profissionais dos serviços de Ação Social e Qualidade de Vida da autarquia, com a colaboração imprescindível das Juntas de Freguesia.

Um dos exemplos marcantes desta política de cooperação foi a criação de um curso de pós graduação para a capacitação de dirigentes das IPSS, em resultado de uma parceria entre a Universidade Católica do Porto e o Município de Santa Maria da Feira, o que evidencia a aposta política na permanente qualificação do setor social no concelho. Outro exemplo

que me cumpre, orgulhosamente, destacar foi a criação de um Centro de Acolhimento de Doentes em Convalescença Covid 19, na Casa Ozanam, cuja capacidade instalada permitiu prontidão na resposta, assim como a garantia de excelência de um cuidar humanizado. Nos últimos anos, temos reforçado esta ação e intervenção junto dos mais desfavorecidos, com a implementação de políticas de proximidade e de acompanhamento das pessoas e famílias mais vulneráveis e em situações de vida mais desfavorecidas. Temos uma estrutura montada que tem dado provas positivas de atuação junto da comunidade, acudindo aos problemas que se apresentam todos os dias.

Em Santa Maria da Feira, ninguém é deixado para trás. Todos são importantes para tornar este concelho, a nossa terra, cada vez mais dinâmica, competitiva e apetecível para viver, trabalhar e envelhecer. Independentemente do seu estatuto social e económico, todos são válidos para ajudar a tornar este território com cada vez maior qualidade de vida. A ação das mutualidades é essencial para continuarmos a prosseguir um caminho assente na solidariedade intergeracional, no apoio e acompanhamento dos mais frágeis, combatendo a sua solidão, dos mais marginalizados, pelas desventuras da vida, muitas vezes, pela cor da pele ou raça.

É neste contexto que as Mutualidades de Santa Maria da Feira ocupam um lugar próprio na rede social que definimos para as respostas que são necessárias dar em cada momento e em cada situação.

Tenho sempre defendido que o emprego é a melhor medida social em que todos devemos investir, sejamos responsáveis políticos ou empresários. Santa Maria da Feira tem sido, nos últimos anos, um exemplo de que o desemprego não é uma fatalidade. Neste período, reduzimos a taxa de desemprego de mais de 15% para menos de 5%.

É um trabalho que não está terminado. Esta crise vai trazer-nos mais

obstáculos e mais desafios. Estamos, no entanto, preparados para a enfrentar, porque conseguimos construir um plano de trabalho que tem alcançado resultados bastante positivos e encorajadores. A nossa rede social vai estar na linha da frente deste novo e complexo desafio que se nos apresenta. Sabemos que podemos contar com as mutualidades, parceiros decisivos para amortecer os problemas sociais e económicos que estão já a surgir e que se agravarão nos próximos tempos.

Sou um defensor de primeira linha do reforço da economia social, como força motriz para mitigar esta crise sanitária e económica. Por isso, tudo farei, com a minha voz e com o meu peso político, para continuar a lutar para que o Governo reforce os apoios financeiros às IPSS, cujo desinvestimento por parte do Poder Central tem sido uma das principais causas do agravamento das desigualdades sociais. As Mutualidades são instituições imprescindíveis para garantir uma boa resposta social a quem acorre à ajuda social e humanitária. Acredito, tal como o provérbio popular preconiza, que não se deve dar o peixe a quem tem fome, mas a cana para o pescar. No entanto, conforme já referi, não podemos deixar ninguém para trás. Sabemos que qualquer coletivo é tão forte quanto o seu elo mais fraco. As Mutualidades estão nesta linha de enquadramento

atuando, cumulativamente, quer na capacitação e no empoderamento da sociedade, quer no garante do apoio aos mais frágeis.

Claro que este trabalho tem de ser acompanhado pelo devido investimento público para abranger o maior número de pessoas e famílias. Cabe ao Governo perceber a realidade social que as Mutualidades e as IPSS enfrentam diariamente: as pessoas e as famílias que ajudam e apoiam e que sem a sua atuação eram encaminhadas irreversivelmente para as margens mais negras e sombrias da sociedade.

Um Governo com preocupações sociais deve canalizar uma verba substancial do seu Orçamento para estas entidades de solidariedade social. Só com o engajamento cívico, social, institucional das Mutualidades e das IPSS podemos construir uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais solidária.

No que de mim depender e enquanto for responsável político, as preocupações sociais serão sempre uma prioridade na minha linha de atuação. No que de mim depender, as Mutualidades e as IPSS continuarão a ter todas as ferramentas e condições necessárias para exercerem em pleno a sua atividade, e apoiarei, em todas as circunstâncias, o reforço do seu Estatuto de Utilidade Pública.



Salvador Malheiro
Presidente da Câmara Municipal de Ovar

O Mutualismo e o futuro do setor social em Portugal

O mutualismo e as mutualidades surgiram cedo, historicamente na antiguidade, com grande expressão na Idade Média, como forma dos cidadãos se organizarem coletivamente para fazerem face a uma série de riscos e inseguranças, criando sistemas privados de proteção social. No mutualismo português, depois de Confrarias e Irmandades, surgiram as Associações de Socorros Mútuos, que se especializaram consoante as modalidades de proteção a realizar. Muitas destas Mutualidades, com o passar do tempo, sem perda de identidade, foram convergindo no objeto e na ação social e, hoje, são, em pé de igualdade, pares e players do setor social e solidário. As Mutualidades da área social são parte do vasto conjun-

to das Instituições do Setor Social e da Economia Social e enfrentam desafios, dificuldades e dilemas idênticos aos das Irmandades da Misericórdia, aos das Cooperativas Sociais, aos das Fundações de Solidariedade ou aos das Associações de Solidariedade Social (IPSS's).

As Instituições do Setor Social são e serão o parceiro ideal da Segurança Social.

Os princípios básicos destas organizações continuam a ser extraordinariamente preciosos e atuais: a adesão voluntária e livre, aberta a todos, a gestão democrática e participativa procurando a conjugação entre os interesses dos seus membros e os

interesses gerais da comunidade e a ausência de finalidades lucrativas. E, lembre-se, nesta segunda década do século XXI, foram elas que se assumiram como a mais relevante almofada de conforto social às famílias mais expostas aos efeitos da crise económica e financeira a que Portugal foi conduzido.

Exige-se ao Governo que reconheça mais e melhor o seu papel fundamental no âmbito da Economia e do Setor Social, quer como entidades geradoras de emprego quer como entidades que contribuem para uma sociedade mais inclusiva, encontrando com elas novas soluções de financiamento numa época de grande instabilidade orçamental, de modo

a garantir-lhes sustentabilidade. E, construindo com elas uma rede de equipamentos e respostas sociais de excelência no distrito e no país, na certeza de que assim se garante dignidade, qualidade de vida e inclusão social aos mais frágeis, enquanto se apoia as famílias e se empresta um serviço ao tecido económico que se afigura imprescindível à melhoria da produtividade, competitividade e crescimento das nossas empresas.

Para os problemas mais emergentes da Rede Social - frágil sustentabilidade financeira das Instituições; reduzida cobertura em determinadas respostas sociais; obrigação de reabilitar, adaptar à normatividade e ampliar equipamentos existentes; e deficit de competências organizacionais - deverá apostar-se em medidas que assegurem a promoção e o apoio financeiro a projetos com impacto, natureza e dimensão intermunicipal e a respostas

prioritárias no tecido social; a iniciativas para formação dirigida à aquisição de competências de gestão no seio das organizações; a projetos de adaptação e requalificação de equipamentos existentes; a respostas sociais inovadoras e à substituição e reorganização das respostas sociais dentro das instituições; e, por fim, deverá caminhar-se no sentido de flexibilizar o quadro normativo das respostas sociais e permitir utilização dos recursos e dos equipamentos existentes para prestação de serviços fora do quadro das respostas sociais, por forma a assegurar sustentabilidade, adequabilidade das respostas e serviços à especificidade das pessoas e dos territórios.

Através do Portugal 2020 perdeu-se uma rara oportunidade de encontrar financiamento que respondesse de forma eficaz àqueles problemas. Juntamente com o Governo, e esperando-se que saiba ouvi-las, cumpre

às Instituições do Setor Social um papel relevante na construção das próximas políticas públicas para o Terceiro Setor, em especial na definição do próximo QCA [Quadro Comunitário de Apoio] e numa nova construção do PARES. Nesta fase de entrada na recessão, importa estar bem consciente dos problemas e do grau da sua gravidade, exigindo-se que sejam estabelecidas prioridades básicas, definidas regras claras e adotados procedimentos simplificados.

Se existir envolvimento e dinamismo dos parceiros sociais para desenvolvimento de projetos que permitam dar passos importantes no sentido proposto, proporcionando-lhes idênticos direitos e oportunidades, por certo o país ficará muito mais próximo de resolver problemas crónicos da rede de equipamentos sociais e do caminho da sustentabilidade das Instituições do Setor Social.



AMIGA, uma tecnologia que ajuda mutualidades na gestão de associados

As estatísticas dizem que as quotizações representam uma fatia importante das receitas das mutualidades, tornando a gestão do processo administrativo dos associados e da cobrança das quotas um fator crítico no quotidiano das associações mutualistas.

Consciente das dificuldades de muitas associações e a ausência de software específico, a UMP desenvolveu internamente uma aplicação informática à medida das necessidades das mutualidades que, não só assegura a gestão administrativa do processo, como facilita a missão da cobrança das quotizações ao domicílio e a respetiva monitorização e controlo em tempo real. Assim nasceu a AMIGA. A Aplicação Mutualista Integrada de Gestão dos Associados foi apresentada há um ano na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas e foi sujeita a testes e a processos de otimização durante o ano de 2020, encontrando-se em condições de

ser implementada nas associações interessadas, com o apoio técnico da UMP à sua configuração, manutenção e atualização.

Esta aplicação conjuga uma utilização offline durante o processo de cobrança de quotizações (não carece de ligação à internet no dispositivo móvel), com impressão de recibos, e uma utilização online que assegura a sincronização e atualização de dados, possibilitando uma gestão administrativa em tempo real.

A AMIGA possibilita a gestão de associados, moradas, pagamentos, modalidades, impressão de recibos, mapas diversos (faixa etária, sexo, movimento associativo, cobranças, etc), título de cobrança por período, exportação de dados para Excell, fecho de contas, gestão e impressão de documentos (fichas de admissão, recibos, requerimentos, quotas, ofícios, folhas de caixa e outros).

CIDACL: uma resposta social da UMP à infância em Lisboa

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) é um equipamento social gerido pela União das Mutualidades Portuguesas, na freguesia de Santa Clara, em Lisboa, que dinamiza uma creche com capacidade para acolher 84 crianças dos 4 aos 36 meses. Devido às circunstâncias pandémicas, 2020 foi um ano atípico e desafiante, com a equipa técnica a manter a comunicação regular e eficaz com as famílias das crianças acolhidas, mesmo no período de suspensão das atividades presenciais decretado pelo governo. No ano que terminou, a UMP investiu, também, em novos materiais e equipamentos que permitiram assegurar as condições adequadas para dar resposta às necessidades de conforto, desenvolvimento e segurança das crianças.

As instalações constituem um bom exemplo no desenho arquitetónico de espaços infantis, tendo sido um dos locais no roteiro de arquitetos de diferentes países que participaram na conferência internacional “Educational Architecture – Education, Heritage and Challenges”, promovida em Lisboa pelo Instituto Superior Técnico. Esta conferência discutiu a relação entre a arquitetura e a educação e salientou as boas práticas no desenho de espaços infantis.



**A SORRIR
PARA O FUTURO
DESDE 1297.**

FAÇA PARTE DESTE MOVIMENTO.

WWW.MUTUALISMO.PT



**LIGUE-SE A
QUEM CUIDA.**

**CLÍNICAS E FARMÁCIAS MUTUALISTAS
SEMPRE PERTO DE SI.**

WWW.MUTUALIN.PT